



Companhia Siderúrgica Nacional



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Índice

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	1
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	1
ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	47
ANEXO III – INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	53

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos a seguir a proposta da administração da Companhia Siderúrgica Nacional (“Companhia”) acerca das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, às 11hs, no mesmo edifício onde se localiza a sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, São Paulo/SP, porém, excepcionalmente, em função da pandemia da COVID-19, a AGO será realizada no auditório localizado no andar térreo, (“AGO”), que irá deliberar sobre as seguintes matérias:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o relatório anual da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Propomos que os acionistas da Companhia analisem as contas dos administradores e aproveem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 (“Demonstrações Financeiras”), conforme divulgados em 04 de março de 2020, nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.csn.com.br/ri/).

Destacamos, adicionalmente, que nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução da CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”), conforme alterada, as informações constantes do **Anexo I** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

Esclarecemos, por oportuno, que as Demonstrações Financeiras preparadas pela Diretoria Executiva foram consideradas adequadas pelos auditores independentes, pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho Fiscal, conforme Pareceres constantes das Demonstrações Financeiras Padronizadas, aprovados em Reunião do Comitê de Auditoria de 04.03.2020 e Reunião do Conselho Fiscal de 03.03.2020, e ata da Reunião do Conselho de Administração de 04.03.2020, todos disponibilizados pela Companhia nos *websites* da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.Net e no *website* de Relações com Investidores da Companhia.

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e a distribuição de dividendos.

Propomos que o resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 1.789.067.822,77 (um bilhão, setecentos e oitenta e nove milhões, sessenta e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos) , acrescido do valor de R\$ 2.209.356,46 (dois milhões, duzentos e nove mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos) decorrentes da reversão por prescrição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, tenha a seguinte destinação:

(i) R\$ 89.453.291,14 (oitenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil duzentos e noventa e um reais e quatorze centavos) para reserva legal;

(ii) R\$ 424.903.132,91 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, novecentos e três mil, cento e trinta e dois reais e noventa e um centavos) para distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, correspondente ao valor de R\$ 0,307875265738993 por ação, dos quais, R\$ 412.658.934,30 (quatrocentos e doze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos), já foram pagos aos acionistas a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei das S.A., conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 18/09/2019, restando um saldo a ser distribuído aos acionistas no montante de R\$ 12.244.198,61 (doze milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa e oito reais e sessenta e um centavos); e

(iii) R\$ 1.276.918.755,18 (um bilhão, duzentos e setenta e seis milhões, novecentos e dezoito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos) para a reserva estatutária para capital de giro e investimentos.

A destinação proposta acima foi refletida na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia e detalhada no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do parágrafo único do art. 9º da Instrução CVM 481/09.

3. Fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2020.

Propomos que a remuneração dos administradores para o exercício de 2020 seja fixada no montante global de até R\$ 85.579.786,00 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais).

Informamos que, em relação ao exercício de 2019, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2019 (“AGO 2019”) foi aprovado o montante de até R\$ 83.176.000,00 (oitenta e três milhões, cento e setenta e seis mil reais) para a remuneração global dos administradores, tendo sido efetivamente realizados em tal período o montante de R\$ 37.561.629,00 (trinta e sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e nove reais).

A variação entre o montante global aprovado na AGO 2019 e o valor efetivamente realizado naquele exercício, decorreu principalmente dos impactos da situação macroeconômica mundial, que fez com que a Companhia tivesse um custo com remuneração global abaixo do inicialmente projetado.

Destacamos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se disponíveis no **Anexo III** desta proposta.

4. Aprovar que as publicações da Companhia no veículo oficial passem a ser realizadas no Diário Oficial da União (DOU) tão logo eficazes as normas expedidas pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI que reconhecem a opção discricionária da Companhia de realizar suas publicações em veículo oficial no Diário Oficial da União (DOU) ou no Diário Oficial do Estado (DOE) onde se localize sua sede.

Propomos que as publicações da Companhia no veículo oficial passem a ser realizadas no “Diário Oficial da União (DOU)” e não mais no “Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE-SP)”, tão logo eficazes as normas expedidas pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI que reconhecem a opção discricionária da Companhia de realizar suas publicações oficiais no Diário Oficial da União (DOU) e ou no Diário Oficial do Estado (DOE) onde se localize sua sede (atual item 1.3 do Manual de Registro de Sociedade Anônima, na forma estabelecida pela IN DREI nº 71/2019).

Uma vez aprovada, a alteração proposta somente passará a ser aplicável após a divulgação pela Companhia de aviso aos acionistas informando que as publicações da Companhia passarão a ser realizadas nos jornais “Folha de São Paulo, Edição Regional” e “Diário Oficial da União (DOU)”, indicando a data partir da qual as publicações passarão a ser realizadas no novo veículo oficial.

São Paulo, 30 de março de 2020.

A Administração
Companhia Siderúrgica Nacional

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

(conforme item 10 do Anexo 24 da ICVM 480/09)

Data-Base: 31.12.2019

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 – Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício encerrado em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A CSN é um grupo industrial diversificado que atua por meio de unidades de negócios que se integram e complementam, criando sinergias e integração vertical e horizontal nas suas cadeias de atuação industrial. As principais atividades da CSN se concentram na exploração e comercialização de minério de ferro, produção de aços planos e longos, fabricação de cimento, dentre outros produtos, integrados por meio de ativos de logística como participações em ativos ferroviários, portuários e no segmento de energia. A elevada qualidade dos ativos e produtos, associada à forte gestão de custos e integração de unidades produtivas no Brasil e exterior, permitem a geração de valor superior aos concorrentes setoriais e reduzem a volatilidade dos seus resultados.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas disponíveis em nosso site (www.csn.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou índice de liquidez corrente de 1,10, 1,05 em 31 de dezembro de 2018 e 1,11 em 31 de dezembro de 2017.. Ocorreu um aumento na variação no índice de liquidez em 31 de dezembro de 2019 de 4% em relação a 2018, devido aos fatores ocorridos abaixo:

Em 29 de Março de 2019 a controlada da Companhia, CSN Mineração, recebeu antecipadamente o montante de aproximadamente US\$ 496 milhões (R\$1.951 bilhão) referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 22 milhões de toneladas de minério de ferro firmado com a trader Suíça Glencore International AG ("Glencore"), a ser executado num prazo de 5 anos. Em 11 de Julho de 2019 a CSN Mineração celebrou um aditivo ao contrato com a Glencore, e recebeu antecipadamente em 05 de Agosto de 2019 o montante de US\$ 250 milhões (R\$956 milhões) para o fornecimento adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em dezembro de 2019 a Companhia optou por reclassificar o investimento nas ações da Usiminas para o ativo circulante em aplicações financeiras no montante de R\$ 2,1 bilhões, mediante nova decisão da administração em relação a manutenção das ações alinhada à sua estratégia de venda de ativos.

Em contra-partida, a empresa consumiu R\$2,2 bilhões em atividades de investimentos(CAPEX) e distribuiu dividendos no valor de R\$1,9 bilhão aos seus sócios em 2019.

O quadro a seguir reflete a condição financeira da Companhia nos últimos três exercícios:

Valores em R\$ mil	2019	2018	2017
Patrimônio	11.361.932	10.013.440	8.288.229
Endividamento			
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	27.967.036	28.827.074	29.510.844
(-) Caixa e equivalentes de caixa	3.722.128	3.143.717	4.147.284
Dívida Líquida	24.244.908	25.683.357	25.363.560

(1) Nota: O montante dos empréstimos e financiamentos do quadro acima inclui os custos de transação, conforme quadro constante do item 10.1 (f).

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

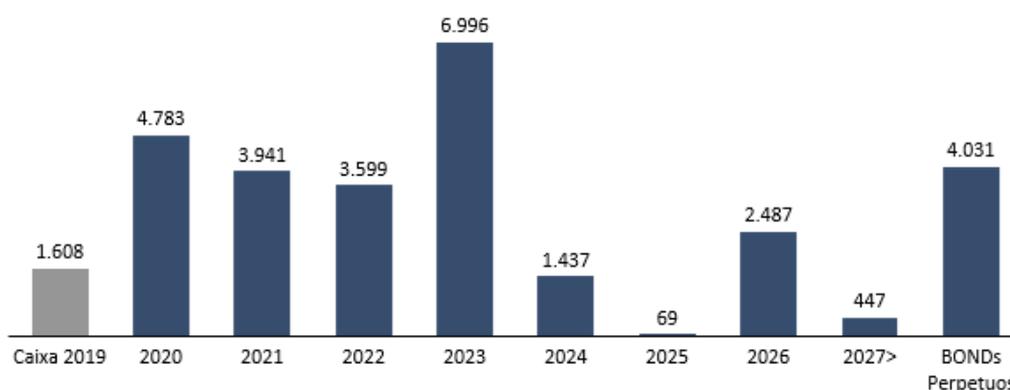
Valores em R\$ mil	2019	2018	2017
Patrimônio (capital próprio)	11.361.932	10.013.440	8.288.229
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	27.967.036	28.827.074	29.510.844
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	2,46	2,88	3,56

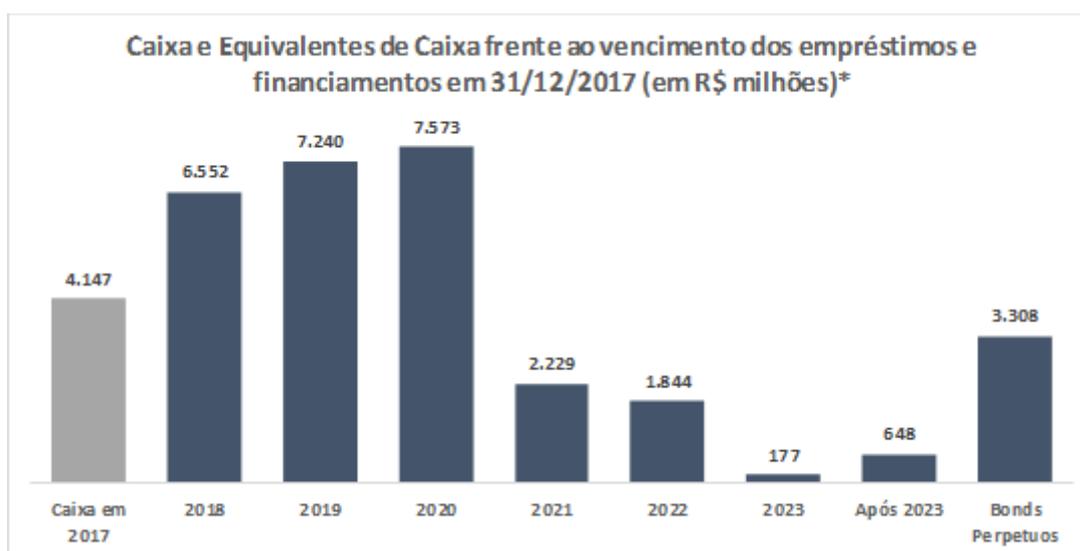
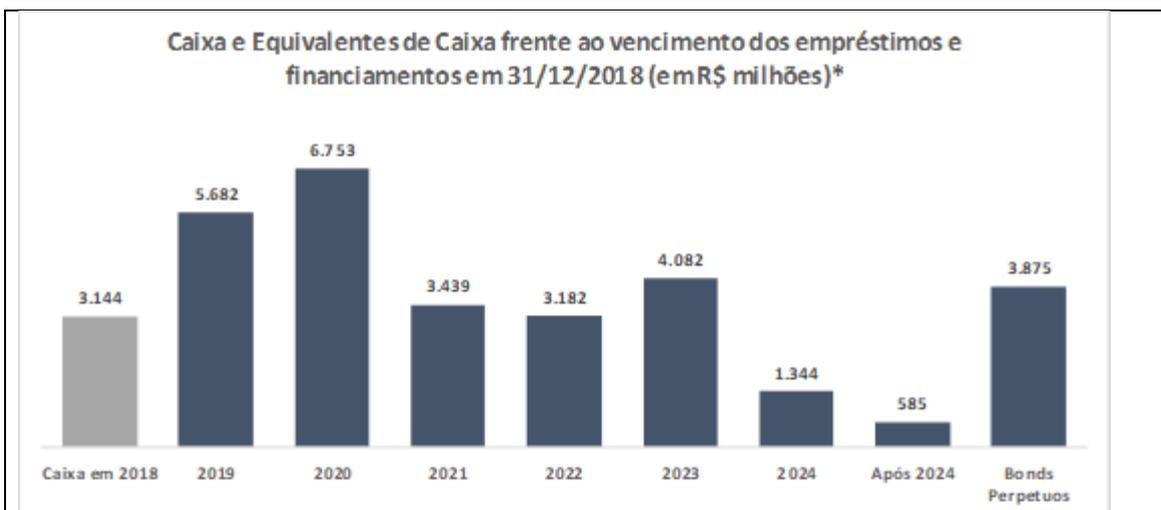
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui atualmente uma posição de liquidez que lhe permite honrar com seus compromissos de curto prazo. O planejamento da Companhia para 2020 foca em redução de desembolsos, alongamento do endividamento e preservação de caixa.

Os gráficos a seguir demonstram o caixa e equivalentes de caixa frente aos vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017.

Caixa e Equivalentes de Caixa Frente ao vencimento dos empréstimo e financiamentos em 31/12/2019 (em R\$ milhões)





*Valores referentes aos empréstimos e financiamentos incluem custos de transação.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizados pela Companhia foram linhas de *trade finance*, linhas de bancos de desenvolvimento, títulos de dívida emitidos em mercados externos (*bonds*), debêntures, e cédulas de crédito bancário (CCB), venda de recebíveis, cessão de crédito com fornecedores, além de recursos próprios. Essas fontes de financiamento no mercado doméstico e no mercado externo estão descritas no item 10.1(f). Em 2019 as seguintes captações foram realizadas: (i) 10^a Emissão de Debêntures no valor de R\$1.950 milhões; (ii) Nova operação de *bond* com vencimento em

2026, somando US\$600 milhões e reabertura do *bond* com vencimento 2023 no valor de US\$575 milhões; (iii) R\$1.622 milhões em operações de *Trade Finance* (ACC's, PPE's e NCE's) com diversas instituições financeiras.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende que caso seja necessário cobrir uma eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá contratar linhas de crédito especiais, financiamentos com bancos e negociar com seus fornecedores.

Também com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo, ainda:

(i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes em 31 de dezembro de 2019

	Consolidado				Controladora			
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contratos de dívida no mercado internacional								
Juros variáveis em US\$								
Pré-Pagamento	1.769.975	1.016.737	2.563.928	3.830.240	1.769.055	1.016.737	2.362.393	3.830.240
Juros fixos em US\$								
Bonds, Bonds Perpétuos e ACC	(1) 2.047.032	2.490.178	10.177.517	8.613.491	52.986	478.463		
Intercompany					1.549.329	3.053.435	7.344.014	3.612.811
Juros fixos em EUR								
Intercompany					655	16.988	1.241.360	997.809
Outros	223.204	181.056	147.241	106.535				
	4.040.211	3.687.971	12.888.686	12.550.266	3.372.025	4.565.623	10.947.767	8.440.860
Contratos de dívida no Brasil								
Títulos com juros variáveis em R\$								
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	(2) 1.086.985	1.890.451	10.049.783	10.710.678	1.026.230	1.827.769	8.799.642	9.314.315
Títulos com juros fixos em R\$								
Intercompany	25.038				25.038		27.507	
Pré-Pagamento		103.375				103.375		
	1.112.023	1.993.826	10.049.783	10.710.678	1.051.268	1.931.144	8.827.149	9.314.315
Total de Empréstimos e Financiamentos	5.152.234	5.681.797	22.938.469	23.260.944	4.423.293	6.496.767	19.774.916	17.755.175
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(26.391)	(28.358)	(97.276)	(87.309)	(26.453)	(22.379)	(72.296)	(67.967)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	5.125.843	5.653.439	22.841.193	23.173.635	4.396.840	6.474.388	19.702.620	17.687.208

(1) Em abril de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("*Bonds*"), no valor de USD 1 bilhão, sendo USD400 milhões com vencimento em fevereiro de 2023 e USD600 milhões com vencimento em abril de 2026, ambos com juros de 7,625% a.a. Entre abril e maio de 2019 a Companhia promoveu oferta de recompra ("*Tender Offer*") dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A, tendo sido recomprados USD 1 bilhão em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. Em julho de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo ("*Bonds*"), no valor de US\$ 175 milhões, com vencimento em fevereiro de 2023 e juros de 7,625% a.a. e efetuou o pagamento final da dívida em mercado externo ("*Notes*"), emitidos pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro 2019 no valor de US\$ 142 milhões.

(2) Em janeiro de 2019 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado interno (“Debêntures”), no valor de R\$1.950 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 126,8% do CDI.

A tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019		31/12/2019	
	Taxa de juros média (i)	Dívida Total	Taxa de juros média (i)	Dívida Total
US\$	6,66%	16.558.452	6,70%	13.077.777
R\$	5,71%	11.161.806	5,67%	9.878.417
EUR	2,20%	370.445	2,20%	1.242.015
		28.090.703		24.198.209

Para determinar a taxa média de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2019. Na Controladora considera a taxa de juros dos contratos intercompany.

Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado			Controladora	
	31/12/2019			31/12/2019	
	Empréstimos Bancários	Mercado de Capitais	Agencia de Desenvolvimento	Principal Total	Principal Total
2021	2.884.003	636.667	55.636	3.576.306	2.956.113
2022	2.700.341	556.666	54.836	3.311.843	6.440.194
2023	2.945.897	4.378.398	53.957	7.378.252	3.247.287
2024	1.575.437		64.746	1.640.183	5.220.555
2025			68.595	68.595	456.969
Após 2025		2.418.420	514.170	2.932.590	1.453.798
Bonds Perpétuos		4.030.700		4.030.700	
	10.105.678	12.020.851	811.940	22.938.469	19.774.916

Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	28.827.074	29.510.844	24.161.596	29.033.017
Captações ⁽¹⁾	10.149.381	2.154.471	6.798.683	602.110
Amortização principal	(11.775.093)	(5.019.978)	(7.431.176)	(6.098.209)
Pagamentos de encargos	(2.039.112)	(2.141.710)	(1.400.496)	(1.670.988)
Provisão de encargos	1.996.305	2.009.688	1.376.862	1.541.639
Consolidação CBSI em 30 de novembro	19.722			
Baixa - alienação LLC		(10.544)		
Outros ⁽²⁾	788.759	2.324.303	593.991	754.027
Saldo final	27.967.036	28.827.074	24.099.460	24.161.596

1. Das captações ocorridas no Consolidado em 2019 R\$ 100.661(R\$10.792 em 31 de dezembro de 2018) se referem a captação para aquisição de imobilizado.
2. Inclusas variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

- **Captações e Amortizações**

Natureza de captação	Captações	Consolidado	
		Amortizações de principal	Amortizações de encargos
Pré - Pagamento	805.288	(1.596.711)	(319.257)
Bonds, Bonds Perpétuos, ACC e Facility	6.616.544	(5.959.029)	(882.007)
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	2.727.549	(4.219.353)	(837.848)
	10.149.381	(11.775.093)	(2.039.112)

- **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores financeiros, além da divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou ainda pagamento de comissão por assunção de risco caso determinados indicadores financeiros atinja os patamares previstos em referidos contratos. A Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes. No exercício de 2019 a Companhia possui provisionado no Consolidado e na Controladora R\$10.531 (em 31 de dezembro de 2018 no Consolidado R\$38.134 e na Controladora R\$14.031) de comissão por assunção de riscos.

(ii) **Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Valores em R\$ mil

	Consolidado				Controladora				
	Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Contratos de dívida no mercado internacional									
Juros variáveis em:									
US\$									
Pré-Pagamento	(1)	1.016.737	791.163	3.830.240	4.097.509	1.016.737	791.163	3.830.240	4.097.509
Juros fixos em:									
US\$									
Bons, Bonds Perpétuos e ACC	(2)	2.490.178	523.509	8.613.491	8.920.342	478.463	379.822		
Intercompany						3.070.423	1.212.880	4.610.620	9.913.410
EUR									
Outros		181.056	251.630	106.535	197.131				
		3.687.971	1.566.302	12.550.266	13.214.982	4.565.623	2.383.865	8.440.860	14.010.919
Contratos de dívida no Brasil									
Títulos com juros variáveis em:									
R\$									
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	(3)	1.890.450	4.982.159	10.710.678	9.702.972	1.827.769	4.212.740	9.314.315	8.375.566
Títulos com juros fixos em:									
R\$									
Pré-Pagamento		103.376	3.303		100.000	103.375	3.304		100.000
		1.993.826	4.985.462	10.710.678	9.802.972	1.931.144	4.216.044	9.314.315	8.475.566
Total de Empréstimos e Financiamentos		5.681.797	6.551.764	23.260.944	23.017.954	6.496.767	6.599.909	17.755.175	22.486.485
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(28.358)	(24.862)	(87.309)	(34.012)	(22.379)	(21.738)	(67.967)	(31.639)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		5.653.439	6.526.902	23.173.635	22.983.942	6.474.388	6.578.171	17.687.208	22.454.846

(1) Em novembro de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de US\$250 milhões com o Banco Santander, referente a Pré-Pagamento, deslocando os vencimentos de 2019 para 2022.

(2) Em fevereiro de 2018 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo (“Notes”), por meio de sua controlada CSN Resources S.A., no valor de US\$350 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 7,625% ao ano. Em paralelo, foi promovida oferta de recompra (“Tender Offer”) dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp. e CSN Resources S.A., controladas da Companhia, tendo sido recomprados US\$ 350 milhões em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

(3) Em fevereiro de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R\$4,9 bilhões com o Banco do Brasil S.A. (“BB”), referente às suas próprias emissões de Notas de Crédito à Exportação somadas às emissões feitas por sua controlada CSN Mineração, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até dezembro 2024, com garantia de parte das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia. Em agosto de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R\$6,8 bilhões com a Caixa Econômica Federal, referente às Células de Crédito Bancário, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2023 para vencimentos até 2024, com garantia de partes das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia.

A tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018		31/12/2018	
	Taxa de juros média (*)	Dívida Total	Taxa de juros média (*)	Dívida Total
US\$	5,88%	15.950.646	4,78%	11.991.686
R\$	8,19%	12.704.504	8,17%	11.245.460
EUR	3,88%	287.591	3,88%	1.014.796
		28.942.741		24.251.942

(*) Para determinar as taxas médias de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2018.

Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

				<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
				<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
				<u>Principal</u>	<u>Principal</u>
	Empréstimos Bancários	Mercado de Capitais	Agencia de Desenvolvimento	Total	Total
2020	3.187.269	3.499.177	66.892	6.753.338	4.139.475
2021	3.263.810	116.003	59.455	3.439.268	3.946.004
2022	3.087.732	36.667	58.154	3.182.553	3.722.981
2023	2.669.211	1.356.180	56.985	4.082.376	2.330.012
2024	1.276.001		67.734	1.343.735	2.261.231
Após 2024			584.874	584.874	1.355.472
Bonds Perpétuos		3.874.800		3.874.800	
	13.484.023	8.882.827	894.094	23.260.944	17.755.175

Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial	29.510.844	30.441.018	29.033.017	30.248.775
Captações	2.154.471	538.771	602.110	371.000
Amortização principal	(5.019.978)	(1.528.023)	(6.098.209)	(1.652.283)
Pagamentos de encargos	(2.141.710)	(2.634.931)	(1.670.988)	(2.278.089)
Provisão de encargos	2.009.688	2.438.555	1.541.639	2.136.425
Baixa - Alienação LLC	(10.544)			
Outros ⁽¹⁾	2.324.303	255.454	754.027	207.189
Saldo final	28.827.074	29.510.844	24.161.596	29.033.017

1. Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

• Captações e Amortizações

Natureza de captação	Captações	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
		<u>Amortizações de principal</u>	<u>Amortizações de encargos</u>
Pré - Pagamento		849.654	280.923
Bonds, Bonds Perpétuos e ACC	1.749.099	1.632.464	675.370
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	10.792	1.948.014	1.173.380
Outros	394.580	589.846	12.037
	2.154.471	5.019.978	2.141.710

• Covenants

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos, sob pena de vencimento antecipado. A Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes, não considerados eventuais

descumprimentos já remediados ou que não tenham gerado a aceleração das dívidas ou qualquer tipo de provisão contábil.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui provisionado R\$38.134 no Consolidado (R\$30.843 em 31 de dezembro de 2017) e R\$14.031 na Controladora (R\$13.413 em 31 de dezembro de 2017) de comissão por assunção de riscos.

Garantias

As garantias concedidas em razão dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia constituem-se de bens do ativo imobilizado, avais, fianças e garantias fiduciárias sobre recebíveis, títulos e ações de sua titularidade, não contemplando garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

(i) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não aplicável.

(ii) grau de subordinação entre as dívidas;

As obrigações de natureza trabalhista e tributária, bem como as dívidas financeiras que possuem garantia real, contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei em caso de eventual concurso de credores da Companhia.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 17.873.323 mil, ou 63,91 %, correspondia a obrigações de natureza quirografária, em comparação a R\$ 26.295.084 mil, ou 70,47% em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 36.891.433 mil, ou 99,92%, em 31 de dezembro de 2017. As obrigações de natureza quirografária compreendem: (i) dívidas sem garantia real; e (ii) dívidas com garantia fidejussória.

As obrigações quirografárias estão sujeitas (observada a preferência conferida por lei às obrigações de natureza trabalhista e tributária, em caso de eventual concurso de credores) à preferência das dívidas da Companhia que contam com garantias reais, sendo que estas totalizavam, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 10.093.714 mil, ou 36,09%, da soma do passivo circulante e não circulante da Companhia, em comparação ao montante de R\$ 11.019.000 mil, ou 29,53% da soma apresentada em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 30.308 mil, ou 0,08%, da soma apresentada em 31 de dezembro de 2017.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não houve alteração

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do exercício da Companhia (consolidado) – R\$ mil:

Comparação das principais contas de resultado consolidadas de 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 preparados de acordo com os IFRS e os CPCs.

Demonstração dos Resultados Consolidados (R\$ mil)	2019	AV ¹	AH ²	2018	AV ¹	AH ²	2017	AV ¹
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.436.417	100%	10,7%	22.968.885	100%	24,0%	18.524.601	100%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(17.263.264)	-67,9%	7,2%	(16.105.657)	-70,1%	18,5%	(13.596.141)	-73,4%
Resultado Bruto	8.173.153	32,1%	19,1%	6.863.228	29,9%	39,3%	4.928.460	26,6%
Despesas/Receitas Operacionais	(4.631.236)	-18,2%	-5657,6%	83.332	0,4%	-104,3%	(1.944.495)	-10,5%
Despesas com Vendas	(2.342.805)	-9,2%	3,5%	(2.263.688)	-9,9%	24,7%	(1.815.107)	-9,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(511.065)	-2,0%	3,4%	(494.023)	-2,2%	18,8%	(415.841)	-2,2%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(1.903.081)	-7,5%	-170,3%	2.705.337	11,8%	1425,5%	177.342	1,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	125.715	0,5%	-7,4%	135.706	0,6%	24,4%	109.111	0,6%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.541.917	13,9%	-49,0%	6.946.560	30,2%	132,8%	2.983.965	16,1%
Receitas/(Despesas) Financeiras	(2.183.749)	-8,6%	127,1%	(961.724)	-4,2%	-60,7%	(2.447.177)	-13,2%
Varição Cambial Líquida de Instrumentos Financeiros	52.565	0,2%	-109,8%	(533.919)	-2,3%	3145,7%	(16.450)	-0,1%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	1.410.733	5,5%	-74,1%	5.450.917	23,7%	947,6%	520.338	2,8%
IR e CSLL sobre o Lucro	833.778	3,3%	-433,1%	(250.334)	-1,1%	-38,8%	(409.109)	-2,2%
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período das Operações Contínuas	2.244.511	8,8%	-56,8%	5.200.583	22,6%	4575,6%	111.229	0,6%
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período	2.244.511	8,8%	-56,8%	5.200.583	22,6%	4575,6%	111.229	0,6%
Atribuído aos Sócios Controladores	1.789.067	7,0%	-64,7%	5.074.136	22,1%	49297,7%	10.272	0,1%
Atribuído aos Sócios não Controladores	455.444	1,8%	260,2%	126.447	0,6%	25,2%	100.957	0,5%

Comparação dos Resultados referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2019 e 31/12/2018:

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

Em 2019 a receita líquida atingiu R\$ 25.436 milhões, 11% superior em relação àquela registrada em 2018 R\$ 22.969 milhões. O aumento se deu principalmente pelo maior volume de vendas de minério de ferro.

Custo dos produtos e serviços vendidos

Em 2019 o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 17.263 milhões, um aumento de 7% quando comparado ao exercício findo de 2018 R\$ 16.106 milhões. Tal incremento justifica-se pela elevação no preço das matérias-primas, pelo impacto da parada do AF#3 e pelo aumento dos volumes de vendas de minério de ferro.

Resultado Bruto

Em 2019 o lucro bruto totalizou R\$ 8.173 milhões, uma elevação de 19% sob o montante obtido em 2018 R\$ 6.863 milhões, ocasionados pelos fatores descritos acima.

Outras Receitas (Despesas), líquidas

Em 2019, a rubrica de outras receitas e despesas operacionais atingiu valor negativo de R\$

1.903.081, advindo principalmente da realização a resultado de *hedge* de fluxo de caixa e da ociosidade de equipamentos paralisados.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial em 2019, foi de R\$126 milhões, inferior ao resultado de R\$136 milhões atingido em 2018. Este resultado se deu principalmente pelo resultado moderado na MRS Logística S.A. (“MRS”).

Resultado Financeiro Líquido

Os fatores que influenciaram o resultado em 2019 decorrem, principalmente, da atualização monetária referente ao reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS de anos anteriores no montante de R\$ 161 milhões em 2019 e R\$ 1,1 Bilhão em 2018. As despesas financeiras tiveram um aumento juros com Passivos de Arrendamentos em R\$ 49 milhões em 2019 e juros sobre adiantamento de clientes em R\$ 120 milhões em 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

Em 2019, a receita com imposto de renda e contribuição social no período justifica-se, principalmente, pela reversão da perda de IR/CS diferidos sobre créditos fiscais contabilizados em anos anteriores, no valor de R\$2.361 milhões.

Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado

Diante do exposto apresentado nos itens acima referente ao exercício de 2019, a CSN registrou lucro líquido consolidado de R\$ 2.244.511. Em 2018, a Companhia havia registrado um lucro líquido consolidado de R\$ 5.200.583.

Comparação dos Resultados referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2018 e 31/12/2017:

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

No exercício social encerrado em 31/12/2018, a receita líquida atingiu R\$ 22.968 milhões, 24% superior em relação àquela registrada em 2017. Esse incremento foi resultado da melhora no volume de vendas de aço, nas vendas da mineração e na melhoria do preço médio do minério de ferro em função da valorização do Platts.

Custo dos produtos e serviços vendidos

No exercício social encerrado em 31/12/2018, o custo consolidado dos produtos vendidos (CPV) atingiu R\$ 16.106 milhões, um aumento de 18% quando comparado ao exercício findo de 2017. Tal incremento justifica-se pela elevação no preço das matérias-primas, pelo impacto da valorização do dólar frente ao real no período (+18,5%) e pelo aumento dos volumes comercializados.

Resultado Bruto

No exercício social encerrado em 31/12/2018, o lucro bruto totalizou R\$ 6.863 milhões, uma

elevação de 39% sob o montante obtido em 2017, ocasionados pelos fatores descritos acima.

Outras Receitas (Despesas), líquidas

No exercício social encerrado em 31/12/2018, os eventos ocorridos na conta de “Outras Receitas e Despesas Operacionais” somaram um valor positivo de R\$2.705 milhões. O efeito positivo foi motivado pela venda da subsidiária LLC para a Steel Dynamics (SDI) com ganho líquido de R\$1.164 milhões, valorização das ações classificadas como valor justo por meio do resultado, ocasionando ganho aproximado de R\$1.655 milhões, e receita de R\$1.102 milhões referente ao reconhecimento do trânsito em julgado da ação para a não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS de anos anteriores originando os respectivos impostos a recuperar.

Quanto as Despesas Operacionais, destacamos um aumento de R\$104 milhões referente ao aditivo contratual com a controladora MRS, pela revisão do “Plano Anual de Transporte”, R\$278 milhões em decorrência do registro do hedge de fluxo de caixa, perda nos estoques na casa dos R\$ 134 milhões, despesa com passivo ambiental de aproximadamente R\$53 milhões e, R\$23 milhões de provisão para reestruturação industrial.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial em 2018, foi de R\$136 milhões, superior ao resultado de R\$109 milhões atingido em 2017. Este resultado se deu principalmente pelos melhores resultados na MRS Logística S.A. (“MRS”).

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31/12/2018, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R\$1.496 milhões e R\$2.464 milhões em 2017.

Os fatores que influenciaram o resultado em 2018 decorrem, principalmente, da atualização monetária referente ao reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS de anos anteriores no montante de R\$1.106 milhões. As despesas financeiras tiveram forte queda no período, em virtude da queda da SELIC, gerando uma redução de aproximadamente R\$470 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

Em 2018, a redução da despesa com imposto de renda e contribuição social no período justificase, principalmente, pelo aumento do IR/CS diferidos devido a reversão da perda contabilizada em anos anteriores de créditos fiscais no valor de R\$972 milhões.

Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado

Diante do exposto apresentado nos itens acima, no exercício social encerrado em 31/12/2018, a CSN registrou lucro líquido consolidado de R\$5.201 milhões. Em 2017, a Companhia havia registrado um lucro líquido consolidado de R\$111 milhões.

Balanco Patrimonial da Companhia (consolidado) – R\$ mil:

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 preparados de acordo com os IFRS e os CPCs:

Balancos Patrimoniais (Consolidado)	2019	AV ¹	AH ²	2018	AV ¹	AH ²	2017	AV ¹
ATIVO								
Ativo Circulante	12.725.805	25,0%	5,9%	12.014.483	25,4%	1,1%	11.881.496	26,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.088.955	2,1%	-51,6%	2.248.004	4,7%	-34,1%	3.411.572	7,5%
Aplicações Financeiras	2.633.173	5,2%	100,0%	895.713	1,9%	100,0%	735.712	1,6%
Contas a receber	2.047.931	4,0%	-1,5%	2.078.182	4,4%	-5,4%	2.197.078	4,9%
Estoques	5.282.750	10,4%	4,8%	5.039.560	10,6%	12,9%	4.464.419	9,9%
Outros Ativos Circulantes	1.672.996	3,3%	-4,6%	1.753.024	3,7%	63,4%	1.072.715	2,4%
Ativo Não Circulante	38.143.471	75,0%	8,0%	35.313.041	74,6%	6,0%	33.328.474	73,7%
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	95.719	0,2%		7.772				
Tributos diferidos	2.473.304	4,9%	2666,7%	89.394	0,2%	41,6%	63.119	0,1%
Outros Ativos não Circulantes	5.057.554	9,9%	18,0%	4.285.223	9,1%	69,5%	2.528.475	5,6%
Investimentos	3.584.169	7,0%	-36,3%	5.630.613	11,9%	2,4%	5.499.995	12,2%
Imobilizado	19.700.944	38,7%	9,2%	18.046.864	38,1%	0,5%	17.964.839	39,7%
Intangível	7.231.781	14,2%	-0,3%	7.253.175	15,3%	-0,3%	7.272.046	16,1%
TOTAL DO ATIVO	50.869.276	100%	7,5%	47.327.524	100%	4,7%	45.209.970	100%

Balancos Patrimoniais (Consolidado)	2019	AV ¹	AH ²	2018	AV ¹	AH ²	2017	AV ¹
Passivo Circulante	11.619.957	22,8%	1,6%	11.438.552	24,2%	7,2%	10.670.050	23,6%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	317.510	0,6%	27,9%	248.185	0,5%	-1,7%	252.418	0,6%
Fornecedores	3.012.654	5,9%	-11,6%	3.408.056	7,2%	36,0%	2.505.695	5,5%
Obrigações fiscais	541.027	1,1%	114,9%	251.746	0,5%	-4,7%	264.097	0,6%
Empréstimos e financiamentos	5.125.843	10,1%	-9,3%	5.653.439	11,9%	-13,4%	6.526.902	14,4%
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	96.479	0,2%	-9,4%	106.503	0,2%	0,5%	105.958	0,2%
Outras Obrigações	2.526.444	5,0%	42,7%	1.770.623	3,7%	74,4%	1.014.980	2,2%
Passivo Não Circulante	27.887.387	54,8%	7,8%	25.875.532	54,7%	-1,4%	26.251.691	58,1%
Empréstimos e financiamentos	22.841.193	44,9%	-1,4%	23.173.635	49,0%	0,8%	22.983.942	50,8%
Tributos diferidos	589.539	1,2%	-2,0%	601.731	1,3%	-48,7%	1.173.559	2,6%
Outras obrigações	2.493.702	4,9%	997,0%	227.328	0,5%	75,8%	129.323	0,3%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	526.768	1,0%	-23,2%	685.953	1,4%	-4,6%	719.133	1,6%
Plano de pensão e saúde	912.184	1,8%	0,8%	905.119	1,9%	-0,4%	908.721	2,0%
Provisões para passivos ambientais e desativação	524.001	1,0%	86,0%	281.766	0,6%	-16,4%	337.013	0,7%
Patrimônio Líquido	11.361.932	22,3%	13,5%	10.013.440	21,2%	20,8%	8.288.229	18,3%
Capital social realizado	4.540.000	8,9%	0,0%	4.540.000	9,6%	0,0%	4.540.000	10,0%
Reserva de capital	32.720	0,1%	0,0%	32.720	0,1%	108966,7%	30	0,0%
Reservas de lucros	4.431.200	8,7%		3.064.827	6,5%			0,0%
Prejuízo acumulado	-	0,0%		-	0,0%		(1.291.689)	-2,9%
Outros resultados abrangentes	1.170.624	2,3%	9,9%	1.065.188	2,3%	-71,8%	3.779.032	8,4%
Participação de acionistas não controladores	1.187.388	2,3%	-9,4%	1.310.705	2,8%	4,0%	1.260.856	2,8%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50.869.276	100%	7,5%	47.327.524	100%	4,7%	45.209.970	100%

Comparação entre os balanços patrimoniais de 31/12/2019 e 31/12/2018:

Caixa e Equivalentes de Caixa: Composto principalmente por aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em *Time Deposit*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha. O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.089 milhões, sendo 52% inferior aos R\$ 2.248 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018. Esta redução deve-se, principalmente à utilização dos recursos financeiros das controladas aplicadas em *time deposit* e títulos privados, para atender a necessidade de caixa da Companhia.

Aplicações Financeiras: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em curto prazo totalizava R\$ 2.633 milhões compõe:

(i) títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos,

tem rendimento Selic e liquidez imediata; (ii) aplicação financeira vinculada em Certificado de Depósito Bancário (CDB) para garantia de carta fiança, com rendimento em CDI, liquidez imediata; e (iii) ações da Usiminas que no final do exercício foi reclassificada da rubrica de Investimentos para Aplicações Financeiras. Ambas as aplicações são registradas e negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

São classificadas como aplicação financeira de longo o valor de R\$ 96 milhões referente Bonds junto ao banco Fibra com vencimento em fevereiro de 2028.

Contas a receber: Houve uma redução de aproximadamente R\$30 milhões na conta, onde podemos destacar a redução do prazo médio de recebimento em 1 dia e compensação de títulos. (4T18: 28 dias para 4T19: 25 dias).

Estoques: Aumento de 243 milhões em 2019 devido maior custo com matéria-primas em geral, refletindo no aumento dos custos unitários dos produtos acabados e em elaboração, e também principalmente em virtude da reforma do Alto-Forno (AF#3).

Ativos circulantes:

A redução de outros ativos circulante em 2019 ocorreu principalmente pela compensação dos créditos de PIS/COFINS que foi registrado no ano de 2018.

Ativo não circulante

Outros ativos não circulantes: O aumento em 2019 é explicado pelo reconhecimento de crédito da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e as operações líquidas de AFAC's (adiantamento para futuro aumento de capital) para a Transnordestina Logística S.A. no montante de R\$ 210 milhões.

Tributos diferidos: em 31 de dezembro de 2019, a conta de tributos diferidos ativo totalizava R\$2.473 milhões, na qual destacamos:

- R\$ 2.221 milhões de prejuízo fiscal e base negativa;
- R\$ 1.183 milhões referentes a tributação das variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido;
- R\$ 427 milhões ref. *Hedge Accounting* fluxo de caixa registro no patrimônio líquido;
- R\$ 415 milhões ref. a perdas ativos financeiros disponíveis para venda;
- R\$ 314 milhões ref. aos cálculos atuariais do plano de pensão e saúde;
- “Compensação” de (i) R\$ 1.625 milhões de perdas estimadas para créditos de IR/CS diferidos; (ii) R\$ 721 milhões decorrentes da combinação de negócios de mineração e logística correlata da CSN e da Namisa em 2015

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2019, o valor da conta de investimentos é de R\$ 3.584 milhões, uma redução de 36,3% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 5.631 milhões, a variação é destacada principalmente pela reclassificação de R\$2.250 milhões das

ações da Usiminas para o grupo de Aplicações Financeiras. No exercício de 2019 foi reconhecido foi reconhecido R\$101 milhões de Propriedade em investimento no grupo.

Ativo imobilizado: Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de ativo imobilizado atingiu R\$19.700 bilhões, um aumento de 8% com relação a 2018. Essa variação é decorrente, principalmente, das aquisições realizadas no período no montante aproximado de R\$2.492 bilhões (destaque para a reforma programada do Alto Forno #3 que acarretará em ganhos de eficiência na produção de aço; plantas de filtragem de rejeitos I e II, que proporcionarão processamento de 100% da produção sem a necessidade de utilização de barragens; e projetos de manutenções operacionais sobressalentes), parcialmente compensadas pela depreciação no período de R\$1.466 bilhões.

Passivo

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo e Longo Prazo: A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R\$ 27.967 milhões em 31 de dezembro de 2019, na qual podemos destacar:

- Em janeiro de 2019 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado interno (“Debentures”), no valor de R\$1.950 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 126,8% do CDI.
- Em abril de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo (“Bonds”), no valor de USD 1 bilhão, sendo USD400 milhões com vencimento em fevereiro de 2023 e USD600 milhões com vencimento em abril de 2026, ambos com juros de 7,625% a.a. Entre abril e maio de 2019 a Companhia promoveu oferta de recompra (“Tender Offer”) dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp e CSN Resources S.A, tendo sido recomprados USD 1 bilhão em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020..
- Em julho de 2019 a Companhia emitiu por meio de sua controlada CSN Resources títulos representativos de dívida no mercado externo (“Bonds”), no valor de USD175 milhões, com vencimento em fevereiro de 2023 e juros de 7,625% a.a e efetuou o pagamento final da dívida em mercado externo (“Notes”), emitidos pela empresa CSN Islands XI Corp em setembro 2019 no valor de USD142 milhões.

Fornecedores: O grupo de fornecedores apresentou redução de 11,6% (R\$ 3.408 milhões em 2018 frente a R\$ 3.013 milhões em 2019).

Tributos diferidos: em 31 de dezembro de 2019, a conta de tributos diferidos passivo totalizava R\$590 milhões, na qual destacamos:

- R\$ 301 milhões de IR/CS diferidos decorrentes da combinação de negócios de mineração e logística correlata da CSN e da Namisa em 2015;
- R\$ 229 milhões de IR/CS diferidos de ágio decorrente da combinação de negócios de

mineração e logística correlata da CSN e da Namisa em 2015;

- R\$ 184 milhões referentes ao ajuste de *Fair Value* na aquisição da controlada alemã SWT

Plano de pensão e saúde: O saldo de R\$ 912M em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 905M em 31 de dezembro de 2018) compõe, principalmente, ao plano de saúde dos aposentados, cuja passivo atuarial está em aproximadamente R\$ 892M. O aumento do passivo é decorrente da queda da taxa de juros que é utilizada para trazer a valor presente a obrigação atuarial.

Comparação entre os balanços patrimoniais de 31/12/2018 e 31/12/2017:

Caixa e Equivalentes de Caixa: composto principalmente por aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em *Time Deposit*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha. O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.248 milhões, sendo 34% inferior aos R\$ 3.411 milhões registrados em 31 de dezembro de 2017. Esta redução deve-se, principalmente à utilização dos recursos financeiros das controladas no exterior aplicadas em *time deposit* e títulos privados, para atender a necessidade de caixa da Companhia.

Aplicações Financeiras: Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 896 milhões compõe: (i) títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos, são negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, tem rendimento Selic e liquidez imediata; e (ii) aplicação financeira vinculada em Certificado de Depósito Bancário (CDB) para garantia de carta fiança, com rendimento em CDI, liquidez imediata e registrados também na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Contas a receber: Houve uma redução de aproximadamente R\$120 milhões na conta, onde podemos destacar a redução do prazo médio de recebimento em 8 dias. (4T17: 34 dias para 4T18: 26 dias).

Estoques: Os estoques tiveram um aumento de aproximadamente R\$575 milhões, onde destacamos a compra de matérias-primas em geral, em sua maioria placas e redutores. Houve influência também do aumento no giro dos estoques em 7 dias (4T17: 95 dias para 4T18: 102dias).

Outros ativos circulantes: O aumento refere-se, principalmente, aos créditos de PIS/COFINS. Em 20 de setembro de 2018 transitou em julgado o Mandado de Segurança e Recurso Especial impetrado em 2006, no qual são partes CSN e União Federal, relacionado à discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, foi confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos a título destes tributos do período de 2001 a 2013. Desta forma, a Companhia reconheceu em 2018 o montante de R\$794 milhões no ativo circulante.

Ativo não circulante

Outros ativos não circulantes: No segundo semestre do exercício fiscal de 2018 foi reconhecido um crédito da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com o trânsito em julgado da ação em 20 de setembro de 2018, foi confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos a título destes tributos. Foi reconhecido no ativo não circulante o montante de R\$1.415 milhões.

Ativo imobilizado: Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de ativo imobilizado atingiu R\$18.047 milhões, um aumento de 0,5% com relação a 2017. Essa variação é decorrente, principalmente, das aquisições realizadas no período no montante aproximado de R\$1.328 milhões (sendo que R\$1.159 milhões desse montante se refere a aquisições para projetos em andamento), parcialmente compensadas pela depreciação no período de R\$1.206 milhões.

Investimentos: em 31 de dezembro de 2018, o valor da conta de investimentos é de R\$ 5.631 milhões, sendo 2,4% superior ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 5.500 milhões, reflexo dos melhores resultados na MRS Logística S.A. (“MRS”).

Passivo

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo e Longo Prazo: A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R\$ 28.827 milhões em 31 de dezembro de 2018, na qual podemos destacar:

- Em novembro de 2018, a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de US\$250M com o Banco Santander, referente ao Pré-Pagamento, deslocando os vencimentos de 2019 para 2022.
- Em fevereiro de 2018, a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo (“Notes”), por meio de sua controlada CSN Resources S.A., no valor de US\$350M, com vencimento em 2023 e juros de 7,625% ao ano. Em paralelo, foi promovida oferta de recompra (“Tender Offer”) dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp. e CSN Resources S.A., controladas da Companhia, tendo sido recomprados US\$ 350M em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.
- Em fevereiro de 2018, a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R\$4,9 bilhões com o Banco do Brasil S.A. (“BB”), referente às suas próprias emissões de Notas de Crédito à Exportação somadas às emissões feitas por sua controlada CSN Mineração, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até dezembro 2024, com garantia de parte das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia.
- Em agosto de 2018, a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R\$6,8 bilhões com a Caixa Econômica Federal, referente às Células de Crédito Bancário, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2023 para vencimentos até 2024, com garantia de partes das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia.

Fornecedores: O grupo de fornecedores apresentou redução de 11,6% (R\$ 3.408 milhões em

2018 frente a R\$ 3.013 milhões em 2019

Tributos diferidos: em 31 de dezembro de 2018, a conta de tributos diferidos passivo totalizava R\$602 milhões, na qual destacamos:

- R\$ 253 milhões referentes a IR/CS diferidos não constituídos;
- R\$ 3.087 milhões de perdas estimadas para créditos de IR/CS diferidos;
- R\$ 1.031 milhões de IR/CS diferidos decorrentes da combinação de negócios de mineração e logística correlata da CSN e da Namisa em 2015;
- parcialmente compensados, principalmente, por (i) R\$ 1.011 milhões referentes a tributação das variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) R\$ 1.326 milhões de prejuízo fiscal e base negativa, (iii) R\$ 363 milhões ref. a perdas ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) R\$276 milhões referente aos cálculos atuariais do plano de pensão e saúde e (v) *Hedge accounting* fluxo de caixa registro no patrimônio líquido: R\$ 490 milhões.

Plano de pensão e saúde: O saldo de R\$ 905M em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 909M em 31 de dezembro de 2017) compõe, principalmente, ao plano de saúde dos aposentados, cuja passivo atuarial está em aproximadamente R\$ 897M.

Fluxo de Caixa da Companhia

Segue quadro comparativo dos fluxos de caixa da Companhia de 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, em R\$ mil:

Fluxo de Caixa	2019	2018	2017
Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.871.879	2.208.105	571.851
Caixa Líquido Atividades de Investimentos	(2.236.367)	(98.459)	(1.049.224)
Caixa Líquido Atividades de Financiamentos	(3.788.864)	(3.257.186)	(993.755)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(5.697)	(16.028)	11.538
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes	(1.159.049)	(1.163.568)	(1.459.590)

Comparação entre os fluxos de caixa de 2019 e 2018:

O fluxo de caixa da Companhia em 2019 foi negativo em R\$1.159 bilhões, frente ao fluxo de caixa negativo de R\$1.164 bilhões em 2018.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R\$ 4.872 bilhões e R\$2.208 bilhões em 2019 e 2018, respectivamente. A variação de R\$ 2.664 bilhões no caixa proveniente das atividades operacionais deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- A Companhia negociou em 2019 o total de R\$ 1 bilhão devidos a fornecedores, por meio de convênios com instituições financeiras, alongando o prazo de pagamento, possibilitando aos seus fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrentes de vendas de

mercadorias;

- Em março de 2019 a controlada, CSN Mineração, recebeu antecipadamente o montante de US\$ 496 milhões (R\$ 1.951 bilhões) referente a um contrato de fornecimento de aproximadamente 22 milhões de toneladas de minério de ferro para a empresa Glencore International AG (“Glencore”) em 5 anos. Em julho de 2019 foi celebrado um aditivo ao contrato com a Glencore, onde a CSN Mineração recebeu mais um adiantamento, agora de US\$ 250 milhões (R\$ 956 milhões) para o fornecimento adicional de aproximadamente 11 milhões de toneladas de minério de ferro.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 2.236 bilhões em 2019 e de R\$ 98 milhões em 2018. O aumento de R\$ 2.137 bilhões deve-se, principalmente, ao aumento de caixa despendido com CAPEX (R\$ 2.214 bilhões em 2019 contra R\$ 1.317 bilhão em 2018). Também houveram realizações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 209 milhões e foram resgatados de aplicações financeiras R\$ 456 milhões em 2019.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R\$ 3.789 bilhões em 2019 e R\$ 3.257 bilhões em 2018, uma variação de R\$ 531 milhões. As principais movimentações são:

- Captação de empréstimos e financiamentos em 2019 no montante de R\$ 10 bilhões, basicamente utilizados para amortizações de empréstimos, totalizando R\$ 11 bilhões em pagamentos. Também houveram pagamentos de R\$ 95 milhões em arrendamentos.
- Dividendos pagos em 2019 no montante de R\$ 1.902 bilhão contra R\$ 502 milhões em 2018.

Comparação entre os fluxos de caixa de 2018 e 2017:

O fluxo de caixa da Companhia em 2018 foi negativo em R\$1.164 milhões, frente ao fluxo de caixa negativo de R\$1.460 milhões em 2017.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R\$2.208 milhões e R\$572 milhões em 2018 e 2017, respectivamente. A variação de R\$1.636 milhões no caixa proveniente das atividades operacionais deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- Em 2018, houve uma melhora no resultado da Companhia apresentando um lucro líquido consolidado de R\$ 5.201 milhões, frente a um lucro líquido consolidado de R\$111 milhões em 2017. O aumento de R\$5.090 milhões deriva dos seguintes principais fatores:
 - Reconhecimento em 2018, conforme trânsito em julgado, de créditos fiscais de PIS e COFINS de R\$2.208 milhões decorrentes da não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições. Os valores pagos a maior de 2001 a 2013 serão compensados dos pagamentos futuros;
 - Ganho líquido de R\$1.164 milhões pela venda da subsidiária no exterior Heartland

Steel Processing LLC (ex-CSN LLC) em 2018;

- Ganho de R\$1.656 milhões pelo reconhecimento da valorização acumulada das ações da USIMINAS ao valor justo por meio do resultado que até 31 de dezembro de 2017 estavam classificadas em Outros Resultados Abrangentes diretamente no patrimônio líquido.
- Variação no capital de giro em R\$1.346milhões.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$98 milhões em 2018 e de R\$1.049 milhões em 2017. A redução de R\$951 milhões deve-se, principalmente, a ganho líquido no valor de R\$1.670 milhões decorrente da venda da subsidiária CSN LLC em 2018, parcialmente compensado por investimentos de R\$1.536 milhões em 2018 comparados com R\$1.059 milhões em 2017, um aumento de R\$477 milhões, e resgates de aplicações financeiras de R\$168 milhões em 2018.

Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R\$3.257 milhões em 2018 e R\$994 milhões em 2017, uma variação de R\$ 2.263 milhões. As principais movimentações são:

- Amortização de dívidas maior em R\$3.492 milhões em 2018, de R\$1.528 milhões em 2017 para R\$5.020 milhões em 2018, parcialmente compensada em R\$1.611 milhões de novas captações em 2018, de R\$534 milhões em 2017 para R\$2.144 milhões em 2018;
- Dividendos pagos em 2018 no montante de R\$502 milhões, parcialmente compensados por recebimento de caixa de R\$213 milhões pela venda de ações em tesouraria.

10.2 Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia, em especial

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas para embalagens e perfis de aço. A Companhia também possui participações em ferrovias, terminais portuários e empresas de geração de energia, bem como atua na produção de cimento.

A Companhia busca sempre aperfeiçoar e maximizar o retorno das suas atividades por meio de uma atuação concentrada em cinco segmentos-chave: (i) mineração; (ii) siderurgia; (iii) logística; (iv) cimento; e (v) energia.

1. Mineração

1.1. Minério de Ferro

A CSN Mineração, empresa resultante da combinação dos negócios de mineração e logística correlata da CSN por meio da junção de Casa de Pedra, Namisa e demais minas do Grupo, comercializou em 2019 cerca de 38,5 milhões de toneladas de minério de ferro no total, sendo 3,6 milhões de toneladas destinadas a UPV.

A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial à China.

Em 2017, foram comercializadas pela CSN cerca de 33 milhões de toneladas de minério de ferro e foram direcionadas 5,2 milhões de toneladas a produção siderúrgica. Já em 2016, foram comercializadas pela CSN 37 milhões de toneladas de minério de ferro e foram direcionadas 4,1 milhões de toneladas à produção siderúrgica.

1.2. Calcário e Dolomita

A mina da Bocaina, mina de calcário localizada em Arcos/MG, é responsável pelo suprimento de calcário calcítico e calcário dolomítico, matérias-primas consumidas pela Companhia para a produção de aço e cimento.

Em 2019, a mineração Bocaina produziu 4,393 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,238 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,802 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,170 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2018, a mineração Bocaina produziu 4,760 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,725 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,562 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,382 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2017, a mineração Bocaina produziu 5,181 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,784 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,610 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,251 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

A fábrica de clínquer, principal matéria prima para fabricação de cimento, forneceu 0,597 milhão, 0,567 milhão e 0,676 milhão de toneladas de clínquer em 2019, 2018 e 2017, respectivamente, para a Unidade de Moagem, em Volta Redonda/RJ.

1.3. Estanho

Uma das matérias-primas essenciais para a produção de folhas de flandres é o estanho, produzido pela Estanho de Rondônia S.A. (“ERSA”), controlada da CSN, com capacidade de produção instalada de aproximadamente 3,2 mil toneladas/ano de estanho. A ERSA é constituída pela Mineração Santa Bárbara, em Itapuã do Oeste, de onde se extrai a cassiterita, e por uma fundição em Ariquemes, de onde se obtém o estanho, ambas no Estado de Rondônia.

O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na Usina Presidente Vargas (“UPV”).

O estanho produzido pela Estanho de Rondônia S.A. (“ERSA”) atende a exigência de especificação do mercado atual com teor de chumbo menor que 100 ppm.

Em 2019 foram transferidas 459 toneladas de estanho para a UPV, enquanto em 2018 e 2017 foram enviadas 504 e 363 toneladas, respectivamente. O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na UPV.

1.4. Tecar

O Terminal de Granéis Sólidos (Tecar) é responsável pelo embarque de todo o minério de ferro negociado pela Companhia no mercado transoceânico. Além disso, são desembarcados pelo Tecar outros produtos como carvão, coque de petróleo, enxofre e concentrado de zinco para consumo próprio e para clientes diversos.

Em 2019, foram embarcados pelo Tecar 31,3 milhões de toneladas de ferro próprio e foram desembarcadas 2,5 milhões de toneladas de carvão coque e outros redutores.

Em 2018, foram embarcados pelo Tecar 29,4 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e de terceiros e foram desembarcadas 3,4 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Em 2017, foram embarcados pelo Tecar 26,8 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e de terceiros e foram desembarcadas 3,3 milhões de toneladas de carvão coque e outros redutores.

2. Siderurgia

Dominando toda a cadeia produtiva do aço, a Companhia atende a diferentes segmentos da indústria, com uma diversificada linha de produtos de alto valor agregado. A Companhia produz os mais diversos tipos de materiais revestidos galvanizados, resistentes à corrosão.

Os principais mercados atendidos pela Companhia são: automotivo; construção civil; grande rede (distribuição); linha branca (eletrodomésticos); OEM (bens de capital) e embalagens

metálicas.

A Usina Presidente Vargas, principal unidade siderúrgica da Companhia, possui capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais de aço bruto, contando com dois altos fornos, uma aciaria com três conversores a sopro de oxigênio, três unidades de lingotamento de placas e instalações completas de laminação a quente e a frio, revestimento e acabamento de aços planos.

A Companhia também produz folhas de flandres em sua unidade em Volta Redonda, as quais são utilizadas no setor de embalagens.

Ao final de 2013 foi inaugurada uma unidade para produção de aços longos na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, construída para atingir uma capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. A planta possui um forno elétrico a arco, lingotamento contínuo para tarugos e um laminador a quente para produtos longos de seção redonda.

A Companhia possui cinco linhas de galvanização no Brasil, assim distribuídas: três na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, uma na filial da Companhia localizada em Porto Real, também no Estado do Rio de Janeiro e outra na filial da Companhia localizada em Araucária, no estado do Paraná.

A filial da Companhia situada em Porto Real está localizada no eixo entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, atendendo principalmente o setor automotivo, com uma ampla gama de produtos e serviços de padrão internacional. Conta com uma linha de galvanização por imersão a quente, centro de serviços para realização de cortes e produção de *blanks* e um moderno centro de solda a laser para produção de *blanks* soldados.

A filial da CSN instalada em Araucária, região metropolitana de Curitiba/PR é uma unidade que possui processos de decapagem, laminação a frio, galvanização, pré-pintura e centro de serviços para realização de cortes e produção de *blanks*. Seus principais produtos são o aço com revestimento de liga 55% Al-Zn, que conjuga brilho e durabilidade, e o aço pré-pintado, ambos muito aplicados nos setores de construção civil e linha branca. Ainda, esta unidade pode produzir o aço galvanizado com revestimento de zinco puro.

A CSN conta ainda com duas controladas no exterior: (i) a Lusosider Aços Planos S.A., em Paio Pires, Portugal, que atuam na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos, e (ii) a Stahlwerk Thüringen GmbH (“SWT”), localizada em Unterwellenborn, na Alemanha, especializada na produção de perfis de aço, com capacidade anual de 1,1 milhão de toneladas de perfis de aço. A aquisição da SWT em janeiro de 2012 marcou a entrada da Companhia no segmento de aços longos.

2.1 - Usina Presidente Vargas

A principal unidade siderúrgica da Companhia, a Usina Presidente Vargas possui capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais de aço bruto sendo 5,2 milhões de toneladas de aços planos e 0,4 milhão de aços longos. Em 2019, a produção de aço bruto atingiu 2,8 milhões de toneladas e a produção de laminados atingiu 3,6 milhões de toneladas. Em 2018, a produção de aço bruto atingiu 4,0 milhões de toneladas e a produção de laminados atingiu 4,0 milhões de toneladas. Em 2017, a produção de aço bruto atingiu 4,2 milhões de toneladas e a produção de laminados 3,9 milhões de toneladas.

2.2- Filial Porto Real

A filial da CSN em Porto Real/RJ produz galvanizados, Galvanew® e *blanks*, atendendo principalmente o setor automotivo. A planta tem uma capacidade anual de 350 mil toneladas de galvanizados, incluindo o Galvanew®, e 150 mil toneladas de *blanks*, chapas e rolos. A comercialização da filial Porto Real atingiu 244, 285 e 267 mil toneladas em 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

2.3 – Filial Paraná

A filial CSN Paraná produz galvanizados, Galvalume® e pré-pintados para as indústrias automotiva, de construção civil e linha branca. A planta tem a capacidade anual de produção de 330 mil toneladas de galvanizados e Galvalume®, 130 mil toneladas de pré-pintados, 150 mil toneladas de chapas e rolos e 120 mil toneladas de laminados a quente. A comercialização da filial Paraná totalizou 441, 490 e 422 mil toneladas em 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

2.4- Companhia Metalúrgica Prada

A Prada atua em dois segmentos: embalagens metálicas de aço e processamento e distribuição de aços planos.

Embalagens

No segmento de embalagens metálicas de aço, a Prada produz o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício, fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

A Prada comercializou em 2019, por meio do segmento de distribuição, 157 mil toneladas de aço. Em 2018 e 2017, foram comercializadas 173 mil e 177 mil, respectivamente.

2.5- Lusosider Aços Planos S.A.

Instalada na Aldeia de Paio Pires, Portugal, a Lusosider Aços Planos S.A. atua em laminação a frio e galvanização. No ano de 2019, a Lusosider vendeu 320 mil toneladas de produtos galvanizados, laminados a frio e Decapado/Oleado, enquanto no ano de 2018 e 2017, estes volumes atingiram 352 mil e 364 mil, respectivamente.

2.6- Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT)

Em 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen GmbH consolidando seus resultados a partir de fevereiro do mesmo ano. Localizada em Unterwellenborn, Alemanha, a planta é especializada na produção de perfis de aço, utilizados na construção. No ano de 2019 a SWT comercializou 791 mil toneladas de perfis de aço e, em 2018, este volume somou 806 mil

toneladas e 808 mil toneladas de perfis em 2017.

3. Logística

3.1 Portuária

O Tecon, terminal de contêineres e carga geral é administrado pela Sepetiba Tecon S.A., controlada da CSN, tendo movimentado em 2019, 161 mil contêineres, sendo 622 mil toneladas de produtos siderúrgicos, além de 7 mil toneladas de carga geral e 626 mil toneladas de granéis. Em 2018 foram 247 mil contêineres movimentados, sendo 583 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 210 mil toneladas de carga geral. Em 2017, 188 mil contêineres, sendo 989 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 9 mil toneladas de carga geral.

3.2 Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A. (“MRS”), FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”) e a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”).

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 34,94% do capital da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais, na região Sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, da Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e da Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de sua mina de Casa de Pedra, em Minas Gerais, e coque e carvão do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para Volta Redonda/RJ e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados *heavy haul* (cargas de minério, carvão e coque).

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN.

FTL

A CSN detém participação de 92,38% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.238 km e com capacidade atual de transporte de cerca de 2 milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento, alumínio e minério, entre outros produtos.

TLSA

O Projeto Transnordestina, que corresponde à Malha II da Malha Ferroviária Nordeste, inclui 1.753 km de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 52% e estava previsto para ser concluído em 2017, prazo atualmente em

discussão junto aos órgãos responsáveis.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas por ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste e criar uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, nos setores de óleo e derivados, grãos, mineração e agricultura, entre outros. Em 31/12/2019 a participação da CSN na TLSA era de 47,26%, 46,30% em 31/12/2018 e 46,30% em 31/12/2017.

4. Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

A Companhia produz clínquer em Arcos/MG, utilizando calcário de mina própria e também duas moagens de cimentos em adição às moagens que já operam em Volta Redonda/RJ.

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado das instalações da UPV, em Volta Redonda/RJ, a Companhia instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III utilizando a escória produzida pelos altos-fornos da própria UPV. Explora ainda calcário e dolomito na unidade de Arcos, no Estado de Minas Gerais, para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimento. Adicionalmente em Arcos/MG, localiza-se a operação de produção de clínquer. Com isso a Companhia é autossuficiente na produção de cimento, com capacidade instalada de 4,7 milhões de toneladas anuais.

5. Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de cogeração termoelétrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999, que utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica.

Receita Líquida da Companhia

As tabelas e gráficos a seguir demonstram a receita líquida consolidada da Companhia:

(R\$ milhões)		Siderurgia	Mineração	Logística (Porto)	Logística (Ferroviária)	Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
Resultado 2019	Receita Líquida	13.949	10.028	240	1.321	325	571	(998)	25.436
	Mercado Interno	10.028	927	240	1.321	325	571	(2.462)	10.951
	Mercado Externo	3.921	9.101	-	-	-	-	1.464	14.486
Resultado 2018	Receita Líquida	15.634	5.985	266	1.506	411	588	(1.421)	22.969
	Mercado Interno	10.328	972	266	1.506	411	588	(2.719)	11.353
	Mercado Externo	5.306	5.012	-	-	-	-	1.297	11.615
Resultado 2017	Receita Líquida	12.959	4.621	238	1.417	408	487	(1.605)	18.525
	Mercado Interno	7.819	829	238	1.417	408	487	(2.491)	8.706
	Mercado Externo	5.140	3.792	-	-	-	-	886	9.818

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As maiores fontes de receitas da Companhia provêm da produção e comercialização de produtos siderúrgicos e minério de ferro. Assim, o nível de atividade econômica brasileira e mundial tem forte influência nos seus resultados.

A Companhia vende produtos siderúrgicos majoritariamente no mercado doméstico. Dessa forma, um dos fatores de influência nos resultados é o ritmo de crescimento da economia doméstica, em especial dos setores mais intensivos no uso de aço, como automotivo, linha branca e construção civil. Esses setores são influenciados diretamente pela disponibilidade e custo de crédito ao consumidor. As decisões de política macroeconômica, como o patamar de taxa de juros, ou que afetam o crédito, como impostos e outros mecanismos, são permanentemente acompanhadas. O impacto de obras de infraestrutura também é um fator importante, seja relacionado a eventos especiais ou ao crescimento de setores produtivos, como petrolífero ou construção civil, obras do PAC, entre outros.

Outro fator de influência é o balanço de oferta e demanda de aço no mundo, o que determina patamares de preços e influência também o nível de importação.

No negócio de mineração, os resultados são influenciados diretamente pelo balanço de oferta e demanda mundial de minério de ferro. A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provêm das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial a China.

Do lado dos custos, os preços de carvão metalúrgico e coque, pelotas, metais como alumínio, zinco e estanho, bem como as taxas de câmbio, são fatores importantes para a produção siderúrgica. No caso da mineração e logística (transporte ferroviário), o custo do combustível é um componente importante.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Na siderurgia, além dos preços internacionais, fatores como taxas de câmbio, alíquotas de importação, oferta e demanda internas podem afetar os preços de nossos produtos. Adicionalmente, o efeito de inflação e taxa de câmbio afetam os custos e as receitas, podendo impactar a rentabilidade do negócio.

Com relação à mineração, a maior parte de nossas vendas provêm das exportações de minério de ferro, estando, portanto, atrelada a demandas internacionais. O componente cambial é o fator crítico para determinação da competitividade de custos e determinação da receita.

No caso de cimento, a receita é denominada em Reais e variações inflacionárias podem impactar os resultados. Desta forma, o componente cambial é menos representativo neste segmento.

Como a maior parte das receitas da Companhia provêm dos segmentos de siderurgia e

mineração, a Companhia quantifica a seguir os efeitos das modificações de volumes e preços sobre as suas receitas nestes dois segmentos.

Em 2019, a receita líquida atingiu R\$25,4 bilhões, 11% superior em relação àquela registrada em 2018, principalmente pelos maiores preços e volumes realizados em minério de ferro. A receita líquida de siderurgia somou R\$13,9 bilhões, ou 53% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,5 milhões de toneladas de aço, sendo 3,1 milhões no mercado interno e 1,4 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R\$10,0 bilhões, representando 38% da receita líquida consolidada, com vendas de 38,5 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em 2017, a receita líquida atingiu R\$18,5 bilhões, 8% superior em relação àquela registrada em 2016, principalmente pelo reajuste de preços dos produtos siderúrgicos, enquanto no segmento de mineração, o incremento ocorreu pelo maior preço realizado do minério de ferro. A receita líquida de siderurgia somou R\$12,9 bilhões, ou 70% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,9 milhões de toneladas de aço, sendo 2,8 milhões no mercado interno e 2,1 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R\$4,6 bilhões, representando 25% da receita líquida consolidada, com vendas de 33 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em 2016, a receita líquida atingiu R\$17,1 bilhões, 12% superior em relação àquela registrada em 2015, principalmente pelo reajuste de preços dos produtos siderúrgicos, enquanto no segmento de mineração, o incremento ocorreu pelo maior volume de minério comercializado, juntamente ao aumento no preço internacional do minério. A receita líquida de siderurgia somou R\$11,5 bilhões, ou 67% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,9 milhões de toneladas de aço, sendo 2,8 milhões no mercado interno e 2,1 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R\$4.582, representando 27% da receita líquida consolidada, com vendas de 36,9 milhões de toneladas de minério de ferro, predominantemente no mercado externo.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos.

Como citado no item (a), os preços de certos insumos influenciam diretamente os resultados da Companhia, em especial:

- Carvão, coque, pelotas e metais, no caso da siderurgia, atrelados ao dólar;
- Combustíveis no caso da mineração e do transporte ferroviário e;
- Clínquer no caso de cimentos.

Além dos insumos produtivos, outro fator importante é o preço de equipamentos e serviços, uma vez que a Companhia tem uma carteira substancial de projetos de investimento em todas suas áreas de negócios.

A Companhia está exposta aos riscos da taxa de juros e de câmbio sobre seus empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras.

Os recursos financeiros disponíveis são aplicados em fundos de investimentos que incluem

operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos com rendimento pré-fixados e com liquidez imediata. Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. Além disso, a Companhia aplica também uma parcela de seus recursos financeiros no exterior em *Time Deposits* com taxas pré-fixadas.

A CSN possui dívida em moeda estrangeira e moeda nacional, pré e pós fixada

Em 31/12/2019, 40,8% da dívida era denominada em reais, e os demais 60,2% denominados em outras moedas.

Em 31/12/2018, 43,9% da dívida era denominada em reais, e os demais 56,1% denominados em outras moedas.

Em 31/12/2017, 49,8% da dívida era denominada em reais, e os demais 50,2% denominados em outras moedas.

A dívida está atrelada à Libor (*London Interbank Offered Rate*), ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Em 31/12/2019, cerca de 54,4% da dívida estava atrelada a taxa de juros flutuante (Libor, TJLP, e CDI), em comparação a 60,2% em 31/12/2018 e 65,3% em 31/12/2017.

A exposição cambial líquida consolidada em 31/12/2019 está demonstrada no quadro abaixo:

Exposição Cambial	31/12/2019	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em €\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	105.485	10.937
Contas a receber	346.264	1.179
Outros Ativos	3.516	5.815
Total Ativo	455.265	17.931
Empréstimos e financiamentos	(4.096.899)	(24.395)
Fornecedores	(69.284)	(10.488)
Outros Passivos	(2.680)	(963)
Total Passivo	(4.168.863)	(35.846)
Exposição bruta	(3.713.598)	(17.915)
Hedge accounting de fluxo de caixa	2.530.713	
Sw ap CDI x Dólar	67.000	
Hedge de investimento líquido no exterior		24.000
Exposição cambial líquida	(1.115.885)	6.085
Bonds Perpétuos	1.000.000	
Exposição cambial líquida excluindo Bonds perpétuos	(115.885)	6.085

Ressalta-se que a CSN utiliza diversos instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros.

10.3 Efeitos relevantes que os eventos a seguir tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

<i>a) introdução ou alienação de segmento operacional</i>
Em 2019 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.
<i>b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária</i>
Não houve eventos dessa natureza.
<i>c) eventos ou operações não usuais</i>
Em 2019 não ocorreu nenhum evento ou operação não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis
<u>CPC 06 (R2) Arrendamento Mercantil</u> A Companhia aplicou a partir 1º de janeiro de 2019 o CPC 06(R2) / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, com isso a Companhia passou a reconhecer em suas demonstrações financeiras o direito de uso dos ativos e os passivos dos contratos com características de arrendamento. A Companhia optou por aplicar a abordagem retrospectiva modificada, reconhecendo o efeito cumulativo como ajuste no saldo de abertura. Para os contratos existentes na data da adoção inicial o direito de uso foi reconhecido pelo montante igual ao passivo de arrendamento, que foi mensurado pelo valor presente das obrigações fixas futuras, previstas nos contratos. A Companhia aplicou a isenção prevista na norma para o não reconhecimento do direito de uso e dos passivos de arrendamento para contratos com prazo inferior a 12 meses e para ativos com baixo valor.
<u>IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro</u>

A administração avaliou os preceitos do IFRIC 23 – “Uncertainties Over Income Tax Treatments” e considera que não há razões para que as autoridades fiscais diverjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia possui contratos de arrendamento de terminais portuários em Itaguaí, o Terminal de Carga – TECAR, utilizado para o embarque e desembarque de minérios de ferro e o Terminal de Contêineres – TECON, os contratos tem prazo remanescente de 28 e 32 anos respectivamente e contrato de arrendamento para operação ferroviária utilizando a malha do Nordeste com prazo remanescente de 8 anos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento de propriedades, utilizadas como instalações operacionais e escritórios administrativos e vendas, em diversas localidades onde a Companhia opera, com prazos remanescentes de 2, 5 e 16 anos.

A CSN também possui contratos de arrendamentos para equipamentos operacionais, utilizados nas operações de mineração e na siderurgia, com prazos de 2 a 5 anos.

O valor presente das obrigações futuras foi mensurado utilizando a taxa implícita observadas nos contratos, para os contratos que não dispunham de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimos – IBR, ambas em termos nominais.

O valor presente dos passivos de arrendamento foi calculado utilizando a taxa de juros implícita nos contratos, e na sua ausência, a Companhia optou por utilizar a taxa média de captação de recursos.

As taxas médias utilizadas para na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso:

Prazo do contrato	31/12/2019		
	Incremental - IBR (a.a)		Implícita (a.a)
	BRL	EURO	BRL
1	7,78%	0,52%	
2	8,16%		
3	8,53%		
4	8,90%	1,11%	
5	9,27%		
6		1,24%	
9			6,75%
16	12,25%		
29			8,30%
32			15,22%

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Consolidado				
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Reconhecimento Inicial - Direito de Uso	556.133	54.513	9.783	20.560	640.989
Adição		6.719	34.197	2.195	43.111
Remensuração	(152.915)	12.112	(4.525)	(6.230)	(151.558)
Depreciação	(21.314)	(9.190)	(15.311)	(13.028)	(58.843)
Baixa	(1.338)			(16)	(1.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	380.566	64.154	24.144	3.481	472.345
Custo	401.746	73.344	39.455	16.499	531.044
Depreciação acumulada	(21.180)	(9.190)	(15.311)	(13.018)	(58.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	380.566	64.154	24.144	3.481	472.345

	Controladora			
	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Outros	Total
Reconhecimento Inicial - Direito de Uso	37.864	9.784	13.424	61.072
Adição		20.461		20.461
Remensuração do Direito de Uso	1.326	(4.526)	(10.426)	(13.626)
Depreciação	(7.707)	(12.139)	(2.550)	(22.396)
Baixa	(1.338)			(1.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.145	13.580	448	44.173
Custo	37.719	25.719	2.997	66.435
Depreciação acumulada	(7.574)	(12.139)	(2.549)	(22.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.145	13.580	448	44.173

A movimentação dos passivos de arrendamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2019	
	Consolidado	Controladora
Saldo inicial líquido	640.989	61.072
Novos arrendamentos	106.584	12.979
AVP Novos arrendamentos	(54.080)	(838)
Revisão de contratos	(175.609)	(5.308)
Baixa	(1.374)	(1.357)
Pagamento	(94.727)	(25.393)
Juros apropriados	52.607	4.785
Saldo inicial líquido	474.390	45.940

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Ressalvas

Informamos que não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017.

Ênfases

Nos três últimos exercícios a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. foi mencionada no parecer dos auditores independentes, no parágrafo de ênfase. Comentamos abaixo o parecer dos auditores independentes referente ao exercício de 2019, 2018 e 2017.

Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa de Investimento 8.d) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o estágio de conclusão da nova malha ferroviária da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), atualmente em fase de construção, e cujo prazo para conclusão da obra, previsto inicialmente para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos governamentais responsáveis. A conclusão das obras do projeto (e o conseqüente início das operações) dependem da contínua disponibilização de recursos de seus acionistas e de terceiros. Estes eventos e condições, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da TLSA.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas da Companhia:

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS (Normas Internacionais de Relatórios Financeiros) e com as normas emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício social. Mudanças nos fatos e circunstâncias podem levar à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros podem divergir dessas estimativas.

As premissas e estimativas significativas, que no julgamento da administração da Companhia, requerem maior julgamento e possuem maior complexidade para a preparação das demonstrações financeiras, estão assim apresentadas:

(a) Valor Justo de Combinação de negócios

Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelos valores justos na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15(R1) “Combinação de Negócios”. Conseqüentemente, quando determinamos a alocação do preço de compra, os valores justos de certos itens são ajustados, tais como, estoques, imobilizado, minas, valor presente de ativos e passivos não circulantes, entre outros, que são determinados

por meio de laudos de avaliação preparados por avaliadores independentes. A Companhia tem, a partir da data de aquisição, um período máximo de 12 meses (período de mensuração) para reconhecer adicionalmente melhores informações sobre o valor justo reconhecido na data de aquisição. O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada. A Companhia reconhece a participação dos não controladores em suas demonstrações financeiras, pela parcela proporcional do valor justo dos ativos líquidos da adquirida.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Se houver um ganho por compra vantajosa a Companhia deve reconhecer imediatamente no resultado do período, na data da aquisição.

(b) Vida útil dos Ativos

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens. As vidas úteis estabelecidas inicialmente por peritos independentes são revisadas, no mínimo a cada exercício, para todas as unidades. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

(c) Reservas Minerais e Vida Útil das Minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Essas reservas são determinadas utilizando técnicas de avaliação geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer a utilização de diversas premissas pela equipe de mineração e alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e provadas registradas e na vida útil das minas.

(d) Arrendamento mercantil

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O arrendamento é caracterizado por um aluguel ou transmissão de direito de uso por tempo determinado em troca de pagamentos mensais. O ativo arrendado deve ser claramente especificado.

A Companhia determina no reconhecimento inicial, o prazo do arrendamento ou prazo não cancelável, que será utilizado na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento. O prazo do arrendamento será reavaliado pela Companhia quando ocorrer um evento significativo ou alteração significativa nas circunstâncias que estejam no controle do arrendatário e afete o prazo não cancelável. A Companhia adota isenção de reconhecimento, conforme previsto na norma, para o arrendatário de contratos com prazos inferiores a 12 (doze) meses, ou cujo ativo subjacente objeto do contrato for de baixo valor.

Na data de início, a Companhia reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento pelo valor presente. O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo. O custo inclui o passivo de arrendamento, custos iniciais, pagamentos adiantados, custos estimados para desmontar, remover ou restaurar. Já o passivo de arrendamento é mensurado na data de início pela Companhia ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que são

efetuados nessa data. Os pagamentos são descontados a taxa de juro implícita no arrendamento, ou caso a taxa não possa ser determinada, será utilizada taxa incremental sobre o empréstimo da Companhia.

Para os contratos que a Companhia determina a taxa de negócio, entende-se que essa taxa é a taxa implícita em termos nominais e a qual é aplicada no desconto do fluxo de pagamentos futuros. Nos contratos sem definição de taxa, a Companhia aplicou a taxa incremental de empréstimo, obtendo a mesma através de consultas em bancos onde tem relacionamento, ajustadas a inflação prevista para os próximos anos.

Para a mensuração subsequente, é utilizado o método de custo ao ativo de direito de uso e aplicado, na depreciação, os requisitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado. No entanto, para efeito de depreciação, a Companhia determina a utilização do método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor.

Os efeitos de PIS e COFINS a recuperar gerados após o efetivo pagamento das obrigações serão registrados como redutor das despesas de depreciação do direito de uso e das despesas financeiras reconhecidas mensalmente.

Também será aplicado o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos a fim de determinar se o ativo de direito de uso apresenta problemas de redução ao valor recuperável e contabilizar qualquer perda por redução ao valor recuperável identificada.

(e) Teste de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis (Teste de *impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor reconhecido em uma perda por *impairment* corresponde ao valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A partir da entrada em vigor da norma CPC 48/ IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos de patrimônio mantidos para negociação devem ser classificados a valor justo através do resultado (VJR). Dessa forma, as mudanças de valor justo serão reconhecidas diretamente no resultado.

(f) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os valores registrados dependem de uma série de premissas que são determinadas por meio de cálculos atuariais, de acordo com o CPC 33(R1) – Benefícios a empregados. Essas premissas estão descritas na nota 26 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e incluem, entre outros, a taxa de retorno dos investimentos e crescimento nominal do salário. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado

relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definidos imediatamente em outros resultados abrangentes, sendo posteriormente transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

A Companhia e algumas controladas ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é utilizada para os planos de pensão de benefício definido.

Essas obrigações são avaliadas, anualmente, em conjunto com atuários independentes qualificados.

(g) Provisões

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável e o valor possa ser estimado com razoável segurança. Esta determinação é feita pela administração da Companhia em conjunto com assessores jurídicos. As estimativas estão devidamente reconhecidas em nossas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia também está envolvida em processos judiciais e administrativos que visam a obtenção ou defesa de direitos legais em matérias tributárias que acredita serem inconstitucionais e cujo valor entende não devem ser pagos pela mesma. Os valores registrados para estas disputas fiscais e outras contingências podem sofrer alterações futuras, devido aos desdobramentos de cada caso, tais como mudanças na legislação, decisões judiciais finais específicas para a Companhia, que no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados de eventos futuros. Outros detalhes sobre provisões podem ser obtidos na nota explicativa 16 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(h) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável

do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável em período inferior a 10 anos.

(i) Perdas de crédito esperadas

Com a adoção do novo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

(j) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

- **Instrumentos derivativos**

A Companhia reconhece em seu balanço todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo. Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As

variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "resultado financeiro".

Com relação à mensuração do valor justo, devemos abordar fatores, tais como taxa de câmbio e de juros futuros.

- **Atividades de *hedge***

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge* (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado. Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda será reclassificado para o resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Outras Operacionais".

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- (iv) contratos de construção não terminada;**

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
<p>(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;</p> <p>Como mencionado no item 10.4, a Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, registrando em seu balanço um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento relacionado aos contratos de arrendamento detidos naquela data. Como permitido na regra de transição, a Companhia não reapresentou as demonstrações contábeis dos períodos comparativos.</p>
<p>(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;</p> <p>Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.</p>
<p>(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;</p> <p>Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.</p>
<p>(iv) contratos de construção não terminada;</p> <p>Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.</p>
<p>(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.</p> <p>Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.</p>
b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:
Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:
Vide item 10.6
b) natureza e propósito da operação:
Vide item 10.6
c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:
Vide item 10.6

10.8. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

(ii) fontes de financiamento dos investimentos; e

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Descrição Quantitativa e Qualitativa dos Investimentos em Andamento e dos Investimentos Previstos

O Orçamento de Investimento da Companhia para 2020 deve contemplar projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança. Novos investimentos serão avaliados considerando as condições mercadológicas, capacidade financeira e perspectiva de geração de caixa adicional de cada projeto.

Considerando essas diretrizes, os investimentos projetados para 2020 são da ordem de R\$ 1,75 Bi.

Pode haver revisão dos projetos de investimentos para 2020 considerando os efeitos adversos de uma eventual desaceleração econômica nas nossas operações. Nesse sentido, será priorizada a execução de projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança.

Destacamos a seguir:

Siderurgia: R\$ 700 milhões, em especial para projetos de investimentos correntes em altos-fornos, sinterizações e coquearias, projetos de modernização tecnológica na UPV, investimentos em segurança operacional na UPV e projetos de manutenção nas demais unidades;

Minação: R\$ 887 milhões, em especial investimentos correntes em segurança e estabilidade de barragens, tratamento e filtragem de rejeitos, projetos em execução no beneficiamento de minério de ferro, melhoria de qualidade do minério de ferro e projetos de investimentos correntes e manutenção nas unidades;

Cimento: R\$ 83 milhões, em especial projetos de manutenção nas unidades de Arcos e Volta Redonda;

Outros investimentos: R\$ 80 milhões para investimentos correntes nas demais operações (como FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. e Terminal de Contêineres -Tecon, administrado pela Sepetiba Tecon S.A.) e de natureza corporativa (como TI).

Em 2019, os investimentos realizados pela Companhia totalizaram cerca de R\$2,2 bilhão, com

destaque para:

Siderurgia: R\$ 1.353 milhões, em especial reparo geral para extensão de campanha do alto-forno #3, *revamp* das sinterizações para incrementar a produção de sinter, *revamp* das baterias de coque da UPV, projetos de modernização tecnológica da UPV e projetos de manutenção nas demais unidades;

Mineração: R\$ 647 milhões, em especial em projetos para adição de capacidade de *pellet feed* utilizando rejeito disposto nas barragens, além de investimentos correntes em barragens, melhoria de qualidade do minério de ferro e projetos de manutenção e investimentos correntes nas unidades (incluindo o porto em Itaguaí);

Cimento: R\$ 87 milhões, em especial em projetos de manutenção nas unidades de Arcos e Volta Redonda;

Outros investimentos: R\$ 129 milhões para investimentos correntes nas demais operações (como FTL e Tecon) e de natureza corporativa (como TI).

A seguir um detalhamento dos principais investimentos planejados pela Companhia:

Mineração (minério de ferro)

Considerando as condições mercadológicas, capacidade financeira e perspectiva de geração de caixa adicional do projeto, em uma primeira fase avalia-se a ampliação da capacidade de produção, melhoria de qualidade do minério de ferro, tratamento de rejeitos e segurança de barragens na mina de Casa de Pedra e investimentos em manutenção e adequações no Porto em Itaguaí/RJ (Tear) para acompanhar o desenvolvimento na mina.

Siderurgia

O plano de investimentos para os próximos anos prioriza projetos de investimentos correntes com ganhos de eficiência, como o *revamp* das coqueiras, sinterizações, alto forno, aciaria, decapagem, lingotamento, além de execução de projetos de segurança operacional, modernização tecnológica na UPV e projetos de manutenção nas demais unidades.

Cimento

Para os próximos anos os investimentos da Companhia devem se concentrar em projetos visando a manutenção da capacidade produtiva e a segurança operacional das unidades de Volta Redonda/RJ e Arcos/MG.

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Sociedade constituída com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. e operar a antiga Malha Nordeste. Possui concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do Nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Os investimentos planejados são projetos de investimentos correntes e modernização da infraestrutura de via permanente, material rodante e gestão

operacional, a fim de aumentar a competitividade da ferrovia e atrair novos volumes de carga.

Portos (Tecon)

O terminal de contêineres (Tecon), administrado pela Sepetiba Tecon S.A., companhia controlada pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port). Segundo a ABRATEC- Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público, o Tecon está posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

O Tecon foi expandido com a implantação do projeto de equalização do berço 301, proporcionando um cais contínuo para operação simultânea de navios de grande porte. Com esse projeto a capacidade do terminal foi elevada para cerca de 440 mil contêineres por ano.

Os investimentos planejados estão priorizados para projetos de investimento corrente, visando modernização operacional.

Fontes de Financiamento dos Investimentos

A Companhia espera financiar os investimentos por meio de recursos próprios, financiamentos com agentes públicos e privados e eventuais parcerias estratégicas.

Desinvestimentos Relevantes em Andamento e Desinvestimentos Previstos

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a administração está empenhada em executar uma agenda financeira que pode vir a contemplar a alienação de um conjunto de ativos. Entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro de um período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A CSN investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação para o aprimoramento de produtos e processos, visando a atender às demandas do mercado e às expectativas de seus clientes. Dentre

os novos produtos desenvolvidos, destacam-se:

- Ampliação da oferta dimensional do Aço Galvanizado de Alta Resistência Avançado Dual Phase, da classe DP600, no mercado automotivo brasileiro.
- Consolidação do Aço Galvanizado de Alta Resistência Avançado Ferrítico-Bainítico, da classe FB590, com espessuras acima de 2,0mm, com substratos Laminado a Frio e Laminado a Quente Galvanizados, no mercado automotivo brasileiro.
- Consolidação no mercado brasileiro da construção civil do Aço Galvanizado Estrutural de Alta Resistência da classe G450.
- Consolidação do fornecimento de Aço Pré-Pintado com novas cores para exportação.
- Consolidação do aço IF (*Interstitial Free*) de Alta Resistência, IF 210 HSS Galvanizado (liga Zn-Fe GA) Pré-Pintado, na espessura 0,70mm, para aplicação em tanques de combustível, no mercado automotivo nacional.
- Aumento do portfólio de Produtos Laminados a Quente decapados de Alta Resistência destinados à produção de tubos de pequeno diâmetro submetidos a processos de trefilação e tratamento térmico.
- Customização de aços Laminado a Frio Extrafino® (BFE), especificação CSN LUM 60, para aplicação no mercado de luminárias.
- Homologação de produtos Laminados a Quente e Laminados a Frio, totalizando 5 novas especificações, para atender aos requisitos globais da Ford e PSA.
- Desenvolvimento do produto Folha de Flandres CSN-LEX TH 390, com espessura 0,17 mm e revestimento de 2g/m², para corpos de embalagens metálicas expandidas.
- Aplicação de Folha de Flandres padrão para a produção de corpos de embalagens metálicas, diâmetro 99 mm, no segmento de lácteos desidratados, visando à maior competitividade com as embalagens sucedâneas.

10.9 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes foram identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

Data-Base: 31.12.2019

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia apurado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.789.065.822,77 (um bilhão, setecentos e oitenta e nove milhões, sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos).

Conforme artigo 30, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia e artigo 189, caput, da Lei 6.404/76 foi constituída reserva legal R\$ 89.453.291,14 (oitenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e um reais e quatorze centavos), remanescendo um lucro disponível de R\$ 1.699.612.531,63 (um bilhão, seiscentos e noventa e nove milhões, seiscentos e doze mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos) a ser destinado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reverteu, para a conta de lucros acumulados, os montantes de R\$ 1.873.981,38 (um milhão, oitocentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos) e de R\$ 335.375,08 (Trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos), relativos a dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, respectivamente, que foram revertidos para Reserva Estatutária e serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Os dividendos propostos, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, são de R\$ 424.903.132,91 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, novecentos e três mil, cento e trinta e dois reais e noventa e um centavos).

Provento destinado em 31/12/2019	Valor do Provento ⁽¹⁾	Quantidade de ações Ordinárias	Valor bruto do Provento (em R\$ por ação)	Espécie da Ações
Dividendos	424.903.132,91	1.380.114.547	0,307875265738993	ON

(1) Na reunião do conselho de administração (RCA), realizada em 18 de setembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2019 no montante de R\$ 412.658.934,30 (quatrocentos e doze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos), correspondendo R\$ 0,29900339446317 por ação. Os dividendos foram pagos a partir de 30 de setembro de 2019, sem atualização monetária, conforme Aviso aos Acionistas divulgado na data da aprovação.

O saldo remanescente R\$ 12.244.198,61 (doze milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa e oito reais e sessenta e um centavos), correspondente R\$ 0,00887187127582317 será deliberado na Assembleia Geral Ordinária.

(2) a quantidade de ações ordinárias considera a totalidade de ações da Companhia excluídas as ações mantidas em tesouraria, que não fazem jus ao recebimento de dividendos.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Administração propõe distribuição de 25% do lucro líquido de 2019:

	31/12/2019	
Lucro do exercício		1.789.065.822,77
Reserva legal	5%	(89.453.291,14)
Lucro líquido ajustado		1.699.612.531,63
Dividendos obrigatórios	25%	424.903.132,91
Percentual do lucro líquido que será distribuído		24%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há proposta de distribuição de dividendos com base no lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Valor Bruto de Dividendos	Quantidade de ações Ordinárias ⁽¹⁾	Valor por Ação Ordinária R\$
R\$ 12.244.198,61	1.380.114.547	R\$ 0,00887187127582317

(1) a quantidade de ações ordinárias considera a totalidade de ações da Companhia excluídas as ações mantidas em tesouraria, que não fazem jus ao recebimento de dividendos.

- b) **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.**

A forma e o prazo de pagamento dos dividendos obrigatórios de 2019 no valor de R\$ 12.244.198,61 (doze milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa e oito reais e sessenta e um centavos), serão definidos na assembleia geral ordinária (AGO), a ser realizada no dia 30 de abril de 2020, devendo ser pago até o final do exercício social de 2020.

Não há proposta de pagamento de juros sobre capital próprio.

- c) **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

- d) **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Os dividendos devem ser declarados em 30 de abril de 2020, data de realização da Assembleia Geral Ordinária, caso seja aprovada a proposta da administração.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a) **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Na reunião do conselho de administração (RCA), realizada em 18 de setembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucros apurados em balanço levantado em 30 de junho de 2019 no montante de R\$ 412.658.934,30 (quatrocentos e doze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos), correspondendo R\$0,299003394462 por ação.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Os dividendos foram pagos a partir de 30 de setembro de 2019, sem atualização monetária.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro Líquido/(Prejuízo)	Média ponderada da quantidade de ações	Lucro líquido/(Prejuízo) por ação excluindo ações em tesouraria
2019	1.789.065.822,77	1.380.114.547	1,2963169084
2018	5.074.135.973,74	1.373.250.595	3,6949818134
2017	10.272.120,82	1.357.133.047	0,0075689858
2016	(934.746.624,28)	1.357.133.047	(0,6887656493)

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Data da Deliberação	Provento	Valor do Provento	Quantidade de ações ON	Espécie de Ações	Valor bruto do Provento (em R\$ por ação)
2019	18/09/2019	Dividendo	412.658.934,30	1.380.114.547	Ordinárias	0,29900339446317
2018	26/04/2019	Dividendo	898.331.156,42	1.380.114.547	Ordinárias	0,65091057722182
2017	Não foram distribuídos dividendos e JCP nesse exercício					
2016	Não foram distribuídos dividendos e JCP nesse exercício					

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserva legal.

No exercício social de 2019 foi destinado o montante de R\$ 89.453.291,14 (oitocentos e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três milhões, duzentos e noventa e um reais e catorze centavos) à conta de reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Do resultado do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação os prejuízos acumulados. Após a dedução de prejuízos acumulados serão destinados 5% (cinco por cento) que serão aplicados na constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social (artigo 193-Lei 6.404/76).

Descrição	2019
Lucro líquido do exercício	1.789.065.822,77
Destinado à reserva legal 5%	89.453.291,14

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

A Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O Artigo 33 do Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Caso aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o dividendo obrigatório será pago integralmente, salvo se de outra forma decidir a Assembleia Geral em função da pandemia de infecção causada pelo novo coronavírus.

Descrição	31/12/2019
Lucro líquido do exercício ajustado	1.699.612.531,63
Dividendos obrigatórios 25%	424.903.132,91
Dividendos antecipados ⁽¹⁾	412.658.934,30
Dividendos à pagar ⁽²⁾	12.244.198,61

(1) Em setembro de 2019 foi aprovado a antecipação de dividendo no montante de R\$ 412.658.934,30 (quatrocentos e doze milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos), o pagamento foi feito a partir de setembro de 2019.

(2) O saldo de dividendos a pagar no montante R\$ 12.244.198,61 (doze milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa e oito reais e sessenta e um centavos) será deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a) Informar o montante da retenção.

Não ocorreu retenção de dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

Não aplicável.

c) Justificar a retenção do dividendo.

Não ocorreu retenção de dividendo.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva.

Não ocorreu destinação para reserva de contingência.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar.

Não ocorreu destinação para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Artigo 30, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia:

"O conselho de Administração poderá propor à deliberação da Assembleia Geral deduzir do lucro líquido do exercício uma parcela de ao menos 1% (um por cento) para a constituição de uma reserva de capital de giro e investimentos, que obedecerá aos seguintes princípios:

I. sua constituição *não* prejudicará o direito ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Art. 33;

II. seu saldo em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso, a critério da Assembleia Geral;

III. a reserva tem por finalidade assegurar a manutenção e desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, a realização de investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive por meio de amortizações de dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamento de capital;

IV. seu saldo poderá ser utilizado (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário, (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento, (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificação em novas ações."

Art. 34 – Os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão pagos na data e locais indicados pelo Diretor Executivo encarregado das relações com investidores, observados os prazos estabelecidos pela Assembleia Geral ou pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, quando aplicável. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos a contar do início do pagamento, os dividendos prescreverão a favor da Companhia.

b) Identificar o montante destinado a reserva.

O montante destinado a reserva estatutária foi de R\$ 1.276.918.755,18.

c) Descrever como o montante foi calculado

Descrição		Montante
Lucro líquido do exercício		1.789.065.822,77
(-) Reserva Legal	5%	(89.453.291,14)
(=) Lucro líquido ajustado		1.699.612.531,63
(-) Dividendos obrigatórios	25%	(424.903.132,91)
(+) Prescrição de dividendo		1.873.981,38
(+) Prescrição de juros sobre capital próprio		335.375,08
(-) Reserva Estatutária		1.276.918.755,18

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO III – INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(conforme item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

Data base 31.12.2019

13.1 POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, QUANTO AOS SEGUINTE ASPECTOS:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota as práticas abaixo mencionadas:

Conselho de Administração:

A Companhia tem como prática a compatibilidade entre a remuneração oferecida e a responsabilidade exercida/tempo de dedicação do cargo. O Conselho de Administração estabelece diretrizes da Companhia, controlando a sua implementação pelos executivos da empresa.

Conselho Fiscal:

A Companhia segue o quanto disposto na legislação aplicável e a remuneração é fixada pela assembleia-geral que elege o Conselho Fiscal, não sendo, de toda forma, inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Diretoria Estatutária:

A Companhia tem como prática garantir uma remuneração competitiva em relação ao mercado de altos executivos, sendo compatível com a responsabilidade exercida pelo cargo, considerando a sua responsabilidade e o seu comprometimento em cumprir os objetivos estratégicos da Companhia, dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Diretoria Não Estatutária:

A Companhia tem como prática de remuneração propiciar o equilíbrio interno (entre membros do corpo de executivos) e externo (de forma competitiva com relação ao mercado), permitindo atrair, reter e motivar seus executivos, a fim de que a Companhia possa cumprir seus objetivos estratégicos dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Comitê de Auditoria:

A Companhia tem como prática de remuneração a compatibilidade da responsabilidade exercida pelo cargo, considerando as atribuições do Comitê de Auditoria.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do próprio Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. Todos os membros recebem o mesmo valor, exceto os que fazem parte do Comitê de Auditoria, que recebem um valor diferenciado devido ao exercício de duas funções.

No caso do Conselho Fiscal a remuneração mensal de cada membro em exercício segue a determinação legal, especificamente o o § 3º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária da CSN, no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho Fiscal terão direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração anual global composta por remuneração fixa (honorários mensais) e remuneração variável (bônus baseado em metas e outros bônus*) com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

* Outros Bônus: A Companhia pode eventualmente atribuir remuneração extra estruturada sob a forma variável, em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas, e de forma vinculada a tais projetos. Esta remuneração variável adicional está atrelada usualmente ao honorário nominal ou eventualmente a outra forma de remuneração compatível com o resultado esperado do correspondente projeto e as metas atribuídas ao Diretor Estatutário.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar e *Check Up* Anual. O Diretor Presidente tem direito a helicóptero e a 2 veículos blindados.

Diretoria Não Estatutária:

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração fixa e variável. A remuneração fixa é composta por salário nominal mensal, mais férias e décimo terceiro salário, conforme previsto pela legislação trabalhista, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. A remuneração variável oferece oportunidade de ganho além do salário nominal em decorrência dos resultados da empresa e da área específica do executivo, bem como em decorrência de seu desempenho individual ou estratégia de atração e retenção. O componente variável é pago anualmente na forma de participação nos resultados, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Vale Alimentação, Vale Refeição, *Check Up* Anual e Bonificação de férias voluntárias.

Comitê de Auditoria:

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

(ii) a proporção de cada elemento na remuneração total;

No caso do Conselho de Administração, Fiscal e do Comitê de Auditoria, a proporção da remuneração fixa representa 100% da remuneração total.

No caso da Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária, a remuneração global fixa em geral representará 100% da remuneração total, sendo que para alguns casos poderá ser composta por 50% de remuneração fixa e 50% de remuneração variável, ou ainda outra proporção que melhor se adequar às funções desempenhadas pelo executivo e às condições negociadas com ele pela Companhia.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Conselho de Administração e Fiscal:

A remuneração fixa do Conselho de Administração e Fiscal é paga em 12 parcelas mensais, sem que haja uma definição prévia de reajuste.

Diretoria Estatutária:

O componente fixo da remuneração anual é pago em 12 parcelas mensais, além da possibilidade de parcela variável mencionada acima.

A remuneração variável é paga no ano calendário em mês específico definido, de forma diferenciada, em contrato de cada Diretor Estatutário, havendo maior concentração no mês de abril de cada ano após apuração das metas.

A remuneração global (honorários + variável) definida no início do mandato tem validade de 2 anos, podendo ser renegociada na renovação do contrato, se for de interesse de ambas as partes.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária é paga anualmente em treze parcelas mensais. Também são pagos um adicional de 33,33% do salário nominal referente a bonificação de férias legais, e mais 36,67% do salário nominal a título de bonificação de férias voluntárias.

O reajuste da remuneração é definido com base na variação do crescimento de Mercado Executivo ou por meio da inflação acumulada dos últimos 12 meses. O reajuste é aplicado anualmente. A remuneração variável é paga, em regra, no mês de abril de cada ano, após apuração das metas, podendo o executivo perceber até 12 salários nominais.

Comitê de Auditoria:

A remuneração fixa do Comitê de Auditoria é paga em 12 parcelas mensais e sem uma definição prévia de reajuste.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

CONSELHO FISCAL: remuneração fixa com base no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, conforme disposição legal.

DIRETOR ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados das metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

DIRETOR NÃO ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados das metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

COMITÊ DE AUDITORIA: remuneração fixa com base na prática de mercado.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo, por meio de avaliação baseada em metodologia específica realizada por consultoria externa especializada em remuneração.

Remuneração variável: considera os resultados das metas de empresa, negócio e/ou área sob responsabilidade do Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário e, também, meta individual e avaliação de competências de cada Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário. Também poderá ser paga, eventualmente, parcela variável adicional em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No início de cada ano, são definidas as metas globais da Companhia. Em seguida, estas metas são segregadas, conforme aplicável, às diferentes áreas operacionais da Companhia, de maneira que com cada um dos Diretores Estatutários ou Diretor Não Estatutário seja possível pactuar as metas específicas que cada uma das diferentes áreas operacionais deverá cumprir. Adicionalmente, são pactuadas as metas individuais a serem cumpridas no decorrer do mesmo exercício social. O atendimento a essas metas é acompanhado de forma periódica durante o ano e finalmente apurado ao término do exercício social, sendo esse resultado final a base para o cálculo da remuneração variável, considerando o nível de atendimento de cada indicador. A remuneração variável máxima é definida com base em unidades de salários nominais recebidos pelo Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário, de forma que lhe será finalmente pago o valor de remuneração variável atribuído para aquele nível de atendimento às metas que for verificado, conforme a escala pactuada com o Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário.

Vale notar, ainda, que todas as metas traçadas para cada Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário terão um peso relativo na avaliação de atendimento às metas mencionadas acima.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da companhia por meio do Ciclo de Gestão da Estratégia no qual ocorre o desdobramento das metas estabelecidas por meio do planejamento estratégico, planejamento orçamentário,

acompanhamento da performance e avaliação dos resultados, estabelecendo a remuneração por desempenho. Esta prática é sustentada pelos seguintes pontos:

- Foco nos objetivos estratégicos, representando ações que tenham impacto significativo na melhoria contínua do desempenho da empresa.
- Medição e avaliação dos objetivos de resultado da organização previstos em seu orçamento e sua variação devendo refletir o alcance ou não desses objetivos.
- Definição a partir do desdobramento de metas da empresa.
- Descrição clara, fórmulas e fontes previamente definidas, sendo de fácil entendimento e aferição.
- Comparação das melhores práticas e uniformização da avaliação.

Estes elementos visam a excelência dos resultados da companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

h. práticas e procedimento adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração do conselho de administração e da diretoria executiva é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração, através de documentos e apresentações sobre o assunto.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

É elaborado estudos de prática de mercado por consultorias especializadas em remuneração e o mesmo é levado para tomada de decisão do Presidente do Conselho de Administração. A metodologia utilizada é da empresa Korn Ferry Hay Group com painéis de empresas específicos como critério de comparação com abrangência nacional.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.

Entre 2 e 3 anos é realizado um estudo de prática de mercado e submetido apreciação do Presidente do Conselho de Administração.

13.2 REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros ¹	6,42	4,83	N/A	11,25
Número de Membros Remunerados	6,42	4,83	N/A	11,25
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.309.760	R\$ 14.565.789	N/A	R\$ 16.875.549
Salário ou Pró-Labore	R\$ 1.384.800	R\$ 10.259.726	N/A	R\$ 11.644.526
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	R\$ 2.254.118	N/A	R\$ 2.254.118
Participações em Comitês	R\$ 540.000	N/A	N/A	R\$ 540.000
Outros	R\$ 384.960	R\$ 2.053.421	N/A	R\$ 2.438.381
Remuneração Variável	N/A	R\$ 22.845.106	N/A	R\$ 22.845.106
Bônus	N/A	R\$ 19.037.589	N/A	R\$ 19.037.589
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	R\$ 3.807.518	N/A	R\$ 3.807.518
Pós-emprego	N/A	R\$ 109.786	N/A	R\$ 109.786
Cessação do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da Remuneração	R\$ 2.309.760	R\$ 37.520.681	R\$ 0	R\$ 39.830.441

¹O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”.

Remuneração dos administradores (seção 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.

Número de membros do Conselho de Administração 2017: 77/12 meses = 6,42 membros

Número de membros da Diretoria Estatutária 2017: 58/12 meses = 4,83 membros

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros ¹	5,58	5,08	1,58	10,67
Número de Membros Remunerados	5,58	5,08	1,58	10,67
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.005.200	R\$ 14.600.964	R\$ 300.669	R\$ 16.966.833
Salário ou Pró-Labore	R\$ 1.206.000	R\$ 10.138.812	300.558	R\$ 11.645.370
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	R\$ 2.434.389	N/A	R\$ 2.434.389
Participações em Comitês	R\$ 465.000	N/A	N/A	R\$ 465.000
Outros	R\$ 334.200	R\$ 2.027.762	R\$ 60.112	R\$ 2.422.074
Remuneração Variável	N/A	R\$ 15.881.598	N/A	R\$ 15.881.598
Bônus	N/A	R\$ 13.234.665	N/A	R\$ 13.234.665
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	R\$ 2.646.933	N/A	R\$ 2.646.933
Pós-emprego	N/A	R\$ 105.360	N/A	R\$ 105.360
Cessação do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da Remuneração	R\$ 2.005.200	R\$ 30.587.923	R\$ 360.669	R\$ 32.953.792

¹O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”.

Remunera o dos administradores (se o 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N  03/2019.

Número de membros do Conselho de Administração 2018: 67/12 meses = 5,58 membros

Número de membros da Diretoria Estatutária 2018: 60/12 meses = 5 membros

Número de membros Conselho Fiscal 2018: 19/12 meses = 1,58 membros

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2019 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros ¹	5,00	5,00	3,00	13,00
Número de Membros Remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração Fixa Anual	R\$ 1.731.600	R\$ 13.561.671	R\$ 758.154	R\$ 16.051.425
Salário ou Pró-Labore	R\$ 1.083.000	R\$ 10.543.648	R\$ 631.795	R\$ 12.258.443
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	R\$ 909.294	N/A	R\$ 909.294
Participações em Comitês	R\$360.000	N/A	N/A	R\$ 360.000
Outros	R\$ 288.600	R\$ 2.108.730	R\$ 126.359	R\$ 2.523.689
Remuneração Variável	N/A	R\$ 21.401.074	0	R\$ 21.401.074
Bônus	N/A	R\$ 18.225.238	N/A	R\$ 18.225.238
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	R\$ 3.175.836	N/A	R\$ 3.175.836
Pós-emprego	N/A	R\$ 109.130	0	R\$ 109.130
Cessação do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da Remuneração	R\$ 1.731.600	R\$ 35.071.875	R\$ 758.154	R\$ 37.561.629

¹O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”.

Remuneração dos administradores (seção 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.

Número de membros do Conselho de Administração 2019: 60/12 meses = 5,00 membros

Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 60/12 meses = 5,00 membros

Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros

Remuneração Total Prevista para o Exercício Social em 31/12/2020 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros ¹	8,33	9,00	3,00	20,33
Número de Membros Remunerados	8,33	9,00	3,00	20,33
Remuneração Fixa Anual	R\$ 2.617.200	R\$ 28.247.493	R\$ 786.418	R\$ 31.651.111
Salário ou Pró-Labore	R\$ 1.821.000	R\$ 22.497.192	R\$ 655.348	R\$ 24.973.540
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	R\$ 1.250.864	N/A	R\$ 1.250.864
Participações em Comitês	R\$ 360.000	N/A	N/A	R\$ 360.000
Outros	R\$ 436.200	R\$ 4.499.438	R\$ 131.070	R\$ 5.066.708
Remuneração Variável	N/A	R\$ 53.239.092	R\$ 0,00	R\$ 53.239.092
Bônus	N/A	R\$ 44.365.910	N/A	R\$ 44.365.910
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	R\$ 8.873.182	N/A	R\$ 8.873.182
Pós-emprego	N/A	R\$ 689.583	R\$ 0,00	R\$ 689.583
Cessação do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da Remuneração	R\$ 2.617.200	R\$ 82.176.168	R\$ 786.418	R\$ 85.579.786

¹O número de membros de cada órgão corresponde a média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13”.

Remuneração dos administradores (seção 13)” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.
 Número de membros do Conselho de Administração 2019: 100/12 meses = 8,33 membros
 Número de membros da Diretoria Estatutária 2019: 108/12 meses = 9,00 membros
 Número de membros Conselho Fiscal 2019: 36/12 meses = 3,00 membros

13.3 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	4,83	N/A	4,83
Nº de membros remunerados	N/A	4,83	N/A	4,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 36.948.031	N/A	R\$ 36.948.031
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 36.948.031	N/A	R\$ 36.948.031
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 19.037.589	N/A	R\$ 19.037.589
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 57.907.975	N/A	R\$ 57.907.975
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 43.712.739	N/A	R\$ 43.712.739
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 13.234.665	N/A	R\$ 13.234.665
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 45.375.606	N/A	R\$ 45.375.606
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 42.606.081	N/A	R\$ 42.606.081
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 18.225.238	N/A	R\$ 18.225.238
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	9,00	N/A	9,00
Nº de membros remunerados	N/A	9,00	N/A	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ²	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração ¹	N/A	R\$ 48.844.251	N/A	R\$ 48.844.251
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R\$ 44.365.910	N/A	R\$ 44.365.910
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

¹O valor máximo previsto para a remuneração variável considera a superação do resultado de todas as metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

²Não há mínimo garantindo.

13.4 EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

Não há.

13.5 EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA:

Não há.

13.6 INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

Não há.

13.7 EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Não há.

13.8 INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.5 A 13.7 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES):

Não há.

13.9 AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERTÍVEIS EM AÇÕES OU QUOTAS, EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA EXECUTIVA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

COMPANHIA		31/12/2019			
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Companhia Siderúrgica Nacional	Ações Ordinárias	501.502	0	-	501.502

CONTROLADORAS		31/12/2019			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Rio Purus Participações S.A.	Ações Ordinárias	1.000*	0	0	1.000

*Inclui eventuais ações detidas por membros da Diretoria que também integram o Conselho de Administração

13.10 INFORMAÇÕES SOBRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

A Companhia patrocina aos Diretores Estatutários o plano de previdência complementar da entidade CBS Previdência - Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional, pelo qual os participantes podem contribuir de 3% a 6% do salário nominal/honorários e a patrocinadora contribui com 100% do valor do participante.

	CBS Previdência – Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros ⁽¹⁾	N/A	3,00
Nº de membros remunerados		3,00
Nome do plano ⁽²⁾	N/A	Plano Misto de Benefício Suplementar e Plano de Benefícios CBSPREV
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	2
Condições para se aposentar antecipadamente ⁽³⁾	N/A	⁽³⁾
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 2.050.447,68
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 104.565,92
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Sim, basta estar desligado da Patrocinadora e não estar em gozo de benefícios na CBS

- (1) Diretores Estatutários participantes do plano, em 31/12/2019
- (2) O Plano Misto de Benefício Suplementar está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, enquanto que o Plano CBSPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Definida pura (sem componentes de riscos atuariais).
- (3) Aposentadoria Antecipada: O benefício de aposentadoria antecipada será concedido ao participante mediante requerimento e será pago em parcelas mensais e sucessivas, observadas as condições previstas no regulamento do plano que se encontra disponível na Intranet da empresa, bem como aprovado pela PREVIC e publicado no DOU – Diário Oficial da União, tendo seu valor inicial fixado de acordo com a opção pela forma de recebimento e o montante acumulado em seu respectivo FGB.

13.11 REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MÍNIMA E MÉDIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:

Exercício Social 2017	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de membros	6,42	4,83	N/A
Valor da maior remuneração individual/ano	R\$ 396.000	R\$ 4.915.361	N/A
Valor da menor remuneração individual/ano	R\$ 216.000	R\$ 543.132	N/A
Valor médio da remuneração individual/ano	R\$ 266.306	R\$ 2.122.702	N/A

Exercício Social 2018	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de membros	5,58	5,08	1,58
Valor da maior remuneração individual/ano	R\$ 475.200	R\$ 5.038.790	R\$ 120.223
Valor da menor remuneração individual/ano	R\$ 259.200	R\$ 556.771	R\$ 10.019
Valor médio da remuneração individual/ano	R\$ 345.600	R\$ 1.994.520	R\$ 227.791

Exercício Social 2019	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de membros	5,00	5,00	3,00
Valor da maior remuneração individual/ano	R\$ 475.200	R\$ 5.239.985	R\$ 251.605
Valor da menor remuneração individual/ano	R\$ 259.200	R\$ 579.002	R\$ 174.796
Valor médio da remuneração individual/ano	R\$ 345.600	R\$ 2.108.730	R\$ 252.718

13.12 ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA):

Não há.

13.13 PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDO NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO

2017			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	11,22%	70,08%	N/A

2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	25,85%	59,07%	N/A

2019			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	19,96%	64,23%	N/A

13.14 VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não há.

13.15 VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Exercício social 2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R\$ 13.712,00	N/A	N/A	R\$ 13.712,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2017 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R\$ 11.397,00	N/A	N/A	R\$ 11.397,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R\$ 11.844,00	N/A	N/A	R\$ 11.844,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2019 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não há.